



STJ

Secretaria de Gestão Estratégica
Coordenadoria de Planejamento Estratégico

RELATÓRIO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

1º TRIMESTRE / 2021

SUMÁRIO

Movimentação Processual.....	3
Situação Geral.....	4
Indicadores.....	6
Metas Nacionais.....	13
Projetos.....	14
Alinhamento Estratégico.....	20

PLANO **STJ** 2020

Em que melhoramos?

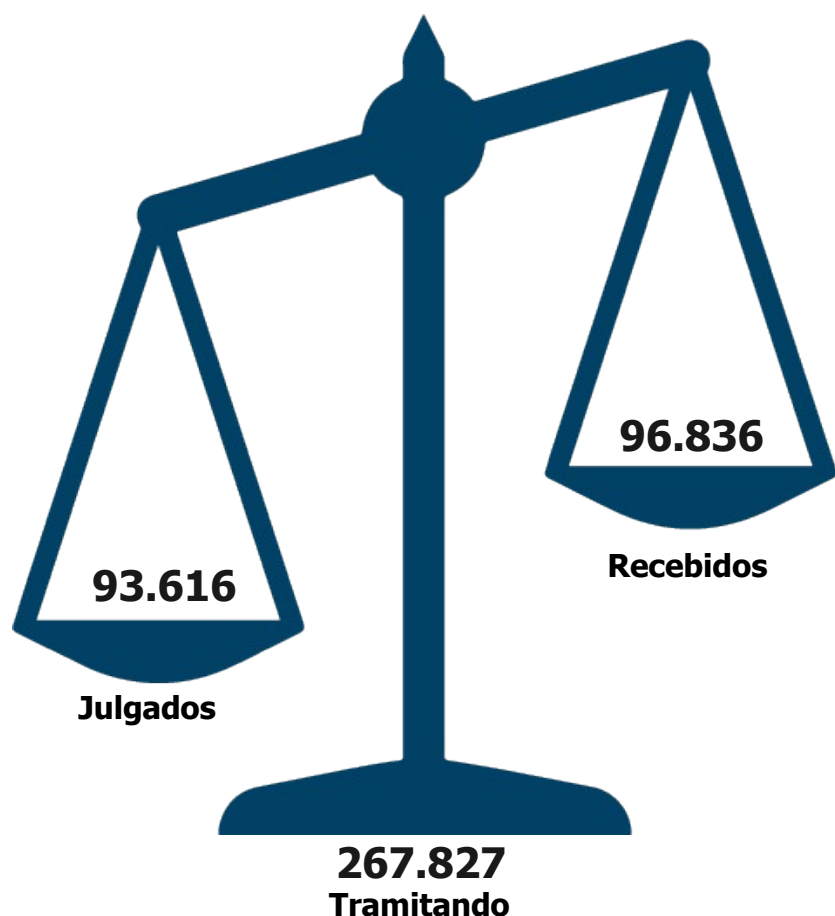
Melhora no desempenho geral do plano comparado a dezembro de 2020.



O que merece atenção?

Redução dos julgados em relação aos recebidos no primeiro trimestre de 2021.

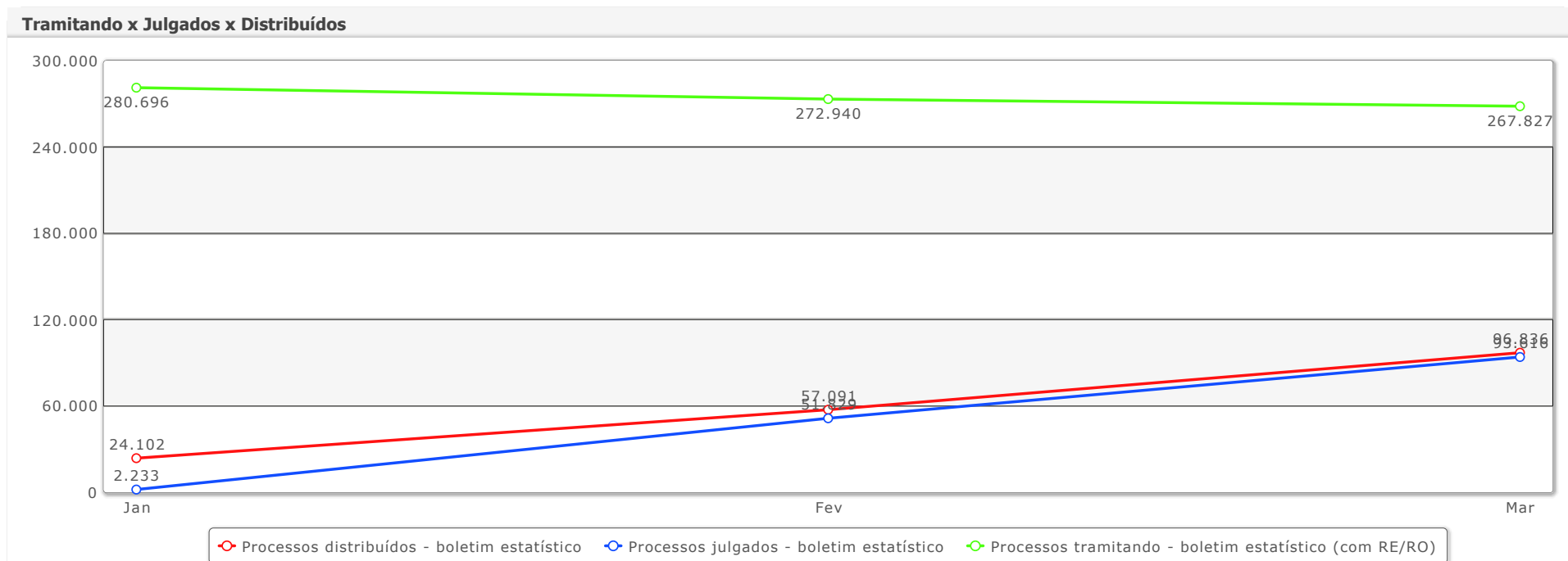
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL



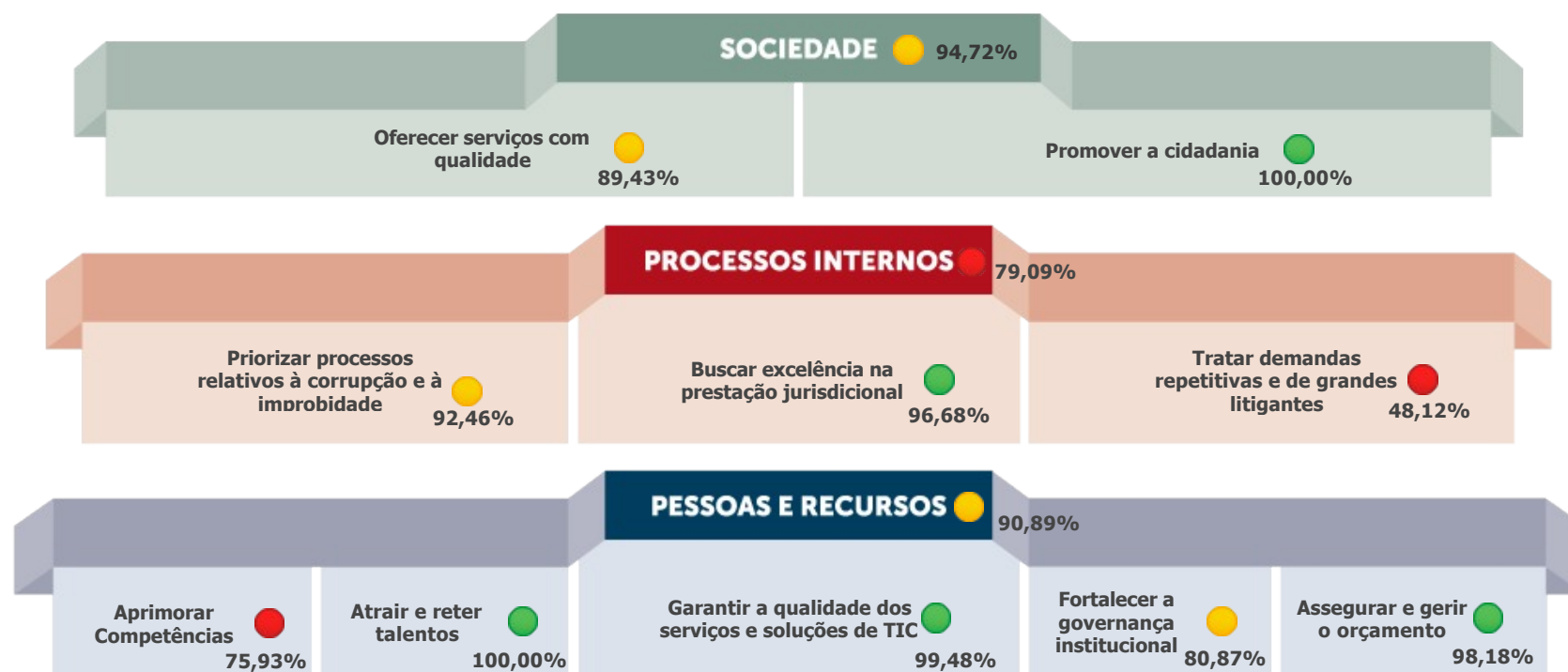
Quanto à movimentação processual, no primeiro trimestre de 2021, julgou-se (processo principal) 93.616 processos, enquanto foram recebidos 96.836. Apesar de se ter julgado menos do que o recebido, a expectativa é de que, no decorrer do ano, o STJ inverta essa situação, de forma a atender à demanda de processos que ingressam no Tribunal.

Já o estoque, baixou em aproximadamente 10 mil processos desde dezembro/2020.

Ressalta-se que as restrições ainda vigoram em virtude da pandemia do covid-19.



PLANO **STJ** 2020 ● 88,23%



SOCIEDADE



94,72%

Após um desafiador 2020, o Tribunal iniciou 2021 mais adaptado ao contexto ainda crítico decorrente da pandemia, exemplificado pela decisão da Alta Administração de manter a maioria dos colaboradores trabalhando remotamente até 30 de abril.

Por esse motivo, verifica-se que o cumprimento geral do **Plano STJ 2020** melhorou, se confrontado com o resultado de dezembro de 2020: de 76,75% para os atuais 88,09% neste 1º trimestre. Entretanto, tal resultado ainda requer atenção, pois ao comparar com o mesmo período de anos anteriores, tem-se: em 2018 - 91,51%; 2019 - 94,13%; em 2020 - 86,89%.

Essas mensurações demonstram que as atuais restrições impostas pela pandemia não impactaram significativamente no desempenho excelente observado na maioria absoluta das unidades.

Na perspectiva **Sociedade**, o ano iniciou de maneira auspiciosa, havendo um aumento de 30 pontos percentuais entre o resultado de 2020, 64,05%, e o inicial de 2021, 94,72%. Mas destaca-se que, na Reunião de Análise Estratégica (RAE) referente ao final de 2020, houve a confirmação de um ajuste na meta do indicador do objetivo "**Promover a cidadania**", para permitir à SED, unidade que mais contribuiu historicamente com o resultado, de se organizar de forma inovadora para atender ao grande potencial de público. Assim, houve cumprimento de 100% de uma meta reduzida.

Já o objetivo "**Oferecer serviços com qualidade**", que ficou em 89,43% de cumprimento, alertou para a importância de se completar o projeto de Pesquisa de Imagem (Processo STJ n. 28.583/2020).

O resultado também aponta para o fato de que alguns cidadãos, talvez, não estejam ainda conseguindo o acesso e as respostas esperadas do STJ nesse "novo normal", tendo registrado suas insatisfações nas pesquisas de satisfação.

No entanto, há expectativas positivas de que a solução inovadora "Balcão Virtual", lançada no final do trimestre, alavanque resultados positivos já no próximo trimestre.



79,09%

Já a perspectiva **Processos Internos**, que fechou 2020 em 84,76%, iniciou 2021 com um resultado reduzido, de 79,09%, e que demonstra um desafio em particular no objetivo de **“Tratar demandas repetitivas e de grandes litigantes”**. A análise crítica do único indicador associado a esse objetivo – **“Tempo médio da afetação à publicação do acórdão”** esclarece que novas formas de tratar dos processos de temas repetitivos por parte dos colegiados podem afetar o seu desempenho.

Por outro lado, devem-se enaltecer os resultados excelentes dos indicadores associados ao objetivo **“Buscar excelência na prestação jurisdicional”**, todos em nível ótimo, especialmente a continuidade do cumprimento de mais de 100% do indicador de **“Agilidade no julgamento”**, um atributo que a sociedade espera do Tribunal da Cidadania.

No entanto, deve-se dar mais atenção ao indicador **“Julgamento de ações de improbidade administrativa”**, único relacionado ao objetivo **“Priorizar processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa”**, e que consiste na conjunção de várias vertentes de julgamento de processos de interesse do cidadão pelo cuidado com o Erário.

Apesar de algumas frentes abertas para o julgamento mais focado e célere de processos dessa natureza, ainda há um caminho íngreme para que o STJ possa contribuir ainda mais com o combate à corrupção.

PESSOAS E RECURSOS

A perspectiva **Pessoas e Recursos**, que serve como base para o atingimento da qualidade dos processos internos para oferecer um valor agregado à sociedade, começou 2021 em um patamar (90,47%) ligeiramente melhor que do 1º trimestre de 2020 (quando estava 89,26%) e bem melhor do que os 81,45% do final de 2020.

Os impactos mais positivos vieram do conjunto de indicadores do objetivo de **“Atrair e reter talentos”**, todos com cumprimento maior do que 100%. Um dos destaques foi a ampla superação da meta de 60% de **“Ações de educação promovidas com instrutor interno”**, sendo que o STJ contou com 72,73% de instrutoria com a “prata da casa”, em especial em um período em que, na falta da aprovação orçamentária, devia-se fazer mais com menos. Adicionalmente, é um motivador para os talentos do Tribunal que 83,86% dos cargos e funções comissionadas sejam preenchidos por servidores do STJ.

O maior impacto dos desafios para oferecer capacitações no 1º trimestre, com o orçamento reduzido e com as restrições em virtude da pandemia, foi a participação de apenas 12,97% dos servidores em ações de educação corporativa oferecidas pelo CEFOR, quando se esperava 25%. Historicamente, a participação é superior à meta – mesmo no 1º trimestre de 2020, já com o início dos efeitos da pandemia em março, houve 21,82% de **“Adesão às ações de educação corporativa”**. Por conta desse desempenho, que alertou a equipe responsável, o objetivo de **“Aprimorar competências”** ficou em situação crítica.

Em relação ao objetivo **“Garantir a qualidade dos serviços e soluções de TIC”**, destaca-se o bom desempenho dos indicadores **“Satisfação na entrega de soluções de software”** e **“Satisfação dos usuários internos de TIC”**, ambos com mais de 90% de satisfação dos demandantes.

Já o objetivo **“Assegurar e gerir o orçamento”**, mesmo com restrições orçamentárias impostas pelo atraso da aprovação da LOA, surpreendeu positivamente ao superar o desempenho do 1º trimestre de 2020, que ficou em 90,03%. Destaque para uma **“Execução orçamentária”** de 27,39% contra uma meta de 24,49%. Mas também o conjunto de indicadores que perfazem a **“Aderência às metas do PLS/STJ”** deu um salto de 78,39%, em 2020, para 84,28%.

No decorrer deste relatório, apresenta-se mais informações sobre os indicadores e iniciativas que compõem a estratégia do Tribunal, bem como o desempenho das Metas Nacionais 2021 perseguidas pelo STJ e uma breve descrição do alinhamento das unidades à execução da estratégia institucional.



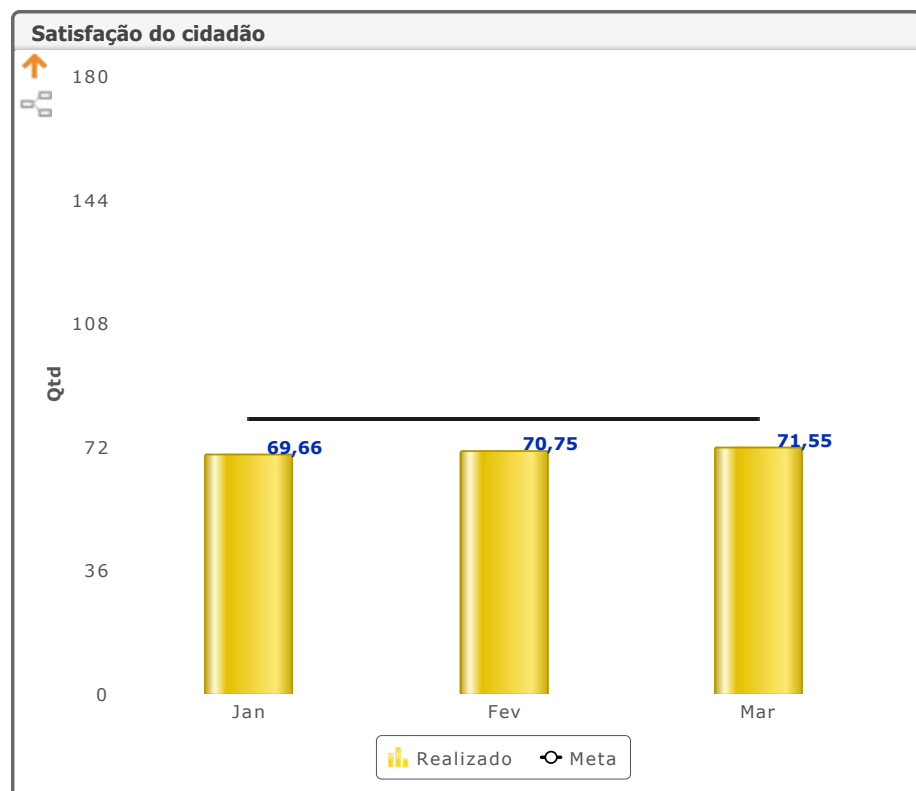
90,89%

SITUAÇÃO



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Oferecer serviços com qualidade



Análise crítica RA 19 - Satisfação do cidadão - Período: Março

No primeiro trimestre de 2021, o Tribunal iniciou com o sistema de rodízio de trabalho presencial dos servidores, mas com serviços não essenciais ainda fechados para o público externo. Em meados de março, a Presidência, tendo em vista os altos índices de contaminação pelo Coronavírus, suspendeu a prestação presencial dos serviços não essenciais e a entrada de público externo nas dependências do STJ.

Novos e antigos desafios foram apresentados às unidades do Tribunal, mas todos contornados com soluções inovadoras. Uma delas foi o Balcão Virtual, inaugurado em 19 de março, que consiste numa plataforma on-line que permite a interação da Corte com o público, em tempo real, sem necessidade de agendamento prévio, para a prestação de informações e a solução de dúvidas sobre os seus diversos serviços e sistemas. O novo serviço é direcionado ao atendimento de advogados, partes e quaisquer outros cidadãos interessados nos processos judiciais em trâmite no STJ.

Com este panorama, obtivemos 71,55% de satisfação dos serviços prestados pelo STJ. As unidades do Tribunal estão atentas aos resultados e continuam na busca do melhor resultado para a qualidade dos serviços prestados. Além disso, a preocupação em manter os níveis de excelência em quaisquer circunstâncias continua.

O serviço "Consulta processual" correspondeu a 81,53% do total de avaliações no período, com 72,34% de satisfação. A Secretaria Judiciária (SJD) registrou como causas para o desempenho abaixo do esperado (80%) que "A consulta processual permaneceu com desempenho abaixo da meta estabelecida. As manifestações registradas no primeiro trimestre de 2021 se repetem aos do ano anterior, com reclamações que dizem respeito não apenas a ferramenta, como a familiaridade com os critérios de pesquisa, mas também a pontos alheios ao sistema, como demora no julgamento do processo e certificado digital, por exemplo. Visto a limitação dos recursos de TI, ainda não há uma proposta de melhoria da ferramenta."

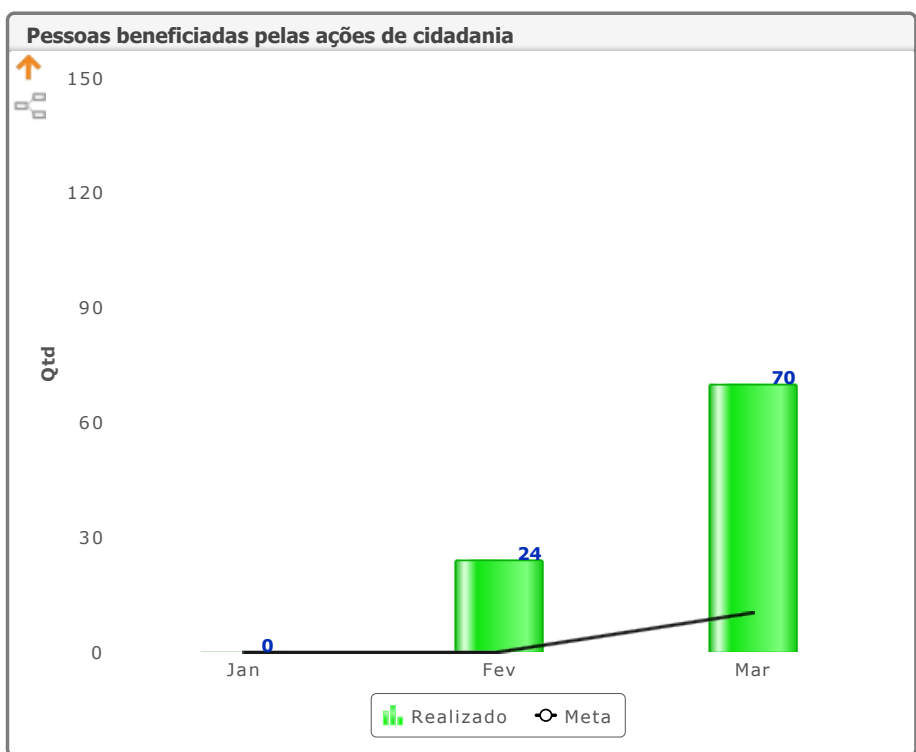
O projeto estratégico "Pesquisa de Imagem", que objetiva mensurar a imagem do STJ perante a sociedade, teve um pequeno atraso no seu cronograma, mas segue sua execução com apoio de professores da FGV.

SITUAÇÃO



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover a cidadania



Análise crítica RA 3 - Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania - Período: Março

Este indicador representa a contribuição de 3 unidades do Tribunal - AGS, CEFOR e SED.

Apesar dos desafios continuados apresentados pelas medidas de proteção contra a atual pandemia, a AGS continuou com o seu programa beneficiando colaboradores que ainda não completaram a educação básica. Em parceria com o programa de EAD da escola vizinha CESAS, dedicada à Educação de Jovens e Adultos, a unidade logrou a matrícula de 38 participantes em mais um semestre de ensino à distância, contribuindo, por meio dessa parceria educativa, na melhoria de condições de vida de cidadãos que contribuem, por sua vez, à qualidade do ambiente de trabalho do STJ.

De acordo com o CEFOR, seu Portal, bem como todos os cursos EAD estavam em fase de reconstrução até março, devido aos danos sofridos no ataque hacker do final de 2020. Num primeiro momento, a prioridade da unidade foi lançar os cursos para servidores (começou em março), após a preparação para colaboradores (previsto para final de abril), para a partir de maio oferecer os cursos para cidadãos (Programa Conexão Cidadã), que impacta diretamente este indicador. No entanto, mesmo que a expectativa é de que houvesse dados para fomentar o indicador de cidadania somente a partir de maio, pois não havia condições tecnológicas para oferecer antes, foi registrada uma ação que beneficiou 8 cidadãos - a palestra "As Conexões no Novo Contexto de Trabalho". Não obstante, as turmas previstas, bem como número total de vagas a serem disponibilizadas, foram mantidos e serão oferecidos no período entre maio e novembro de 2021.

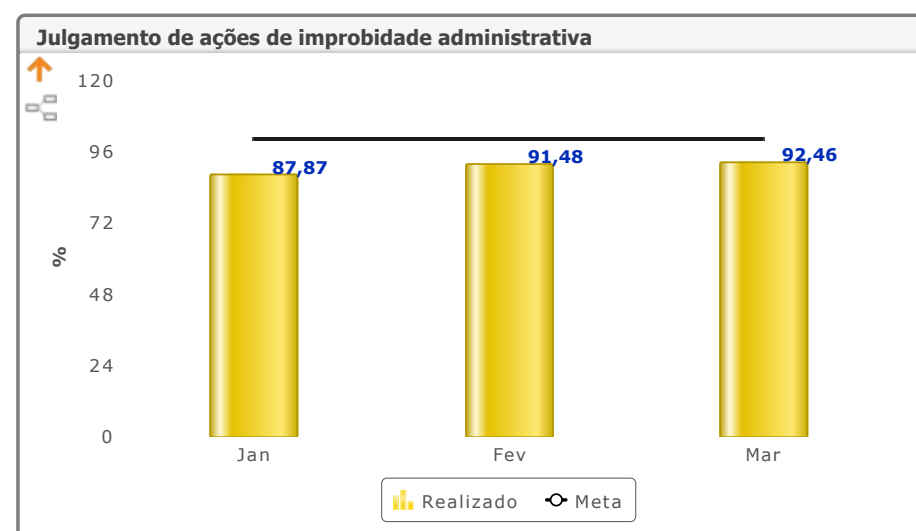
A SED destaca que, em razão de medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo coronavírus, adotadas pelo STJ, a realização das atividades dos projetos socioeducativos foi suspensa desde março de 2020. Para continuar compartilhando a responsabilidade de uma formação integral, crítica e cidadã dos estudantes, a Coordenadoria de Memória e Cultura (CULT) optou por tornar a tecnologia sua aliada. Utilizando a plataforma Zoom, colocou em prática um projeto piloto que busca adaptar e viabilizar a realização dos projetos socioeducativos no formato virtual. Assim, foram beneficiados 24 alunos com o programa "O Despertar Vocacional Jurídico", que reafirmou o seu compromisso de desenvolver ações cidadãs junto aos estudantes, auxiliando instituições de ensino a desenvolverem uma prática escolar alinhada com as tendências e necessidades do mundo profissional. Ressalta-se que, apesar de ter sido acordado na última RAE, os programas capitaneados pela SED ficariam fora do cálculo da métrica, sugere-se que sejam incluídos já a partir deste primeiro trimestre. Caso seja aceita a proposta, é preciso reajustar a atual meta para 2021.

SITUAÇÃO



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Priorizar processos relativos à corrupção e improbidade administrativa



Análise crítica RA 16 - Julgamento de ações de improbidade administrativa - Período: Março

O indicador, alinhado à Meta Nacional n. 4, tem por objetivo o julgamento dos processos relativos às ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública em dois períodos de referência: julgar 99% das ações distribuídas até 31/12/2018 e 90% das distribuídas em 2019. Em cada período, as ações são tratadas de forma diferenciada.

Destaque para o resultado alcançado para os processos do segundo período de referência, em que a meta ficou bem próxima ao cumprimento. Já em relação ao primeiro período de referência, apesar do desempenho abaixo do esperado, ainda existe a expectativa do cumprimento até o fim de 2021, pois na busca por resultados mais expressivos, as informações têm sido enviadas aos gabinetes de ministros mensalmente.

Errata: em março de 2021, ao analisar os dados de dezembro de 2020, constatou-se um equívoco de meta no stratej referente à primeira parte. Estava em 90% quando deveria ter sido alterada para 99% em virtude do alinhamento à Meta Nacional n. 4. Como já foi encerrado 2020, optou-se por corrigir a partir de janeiro deste exercício.

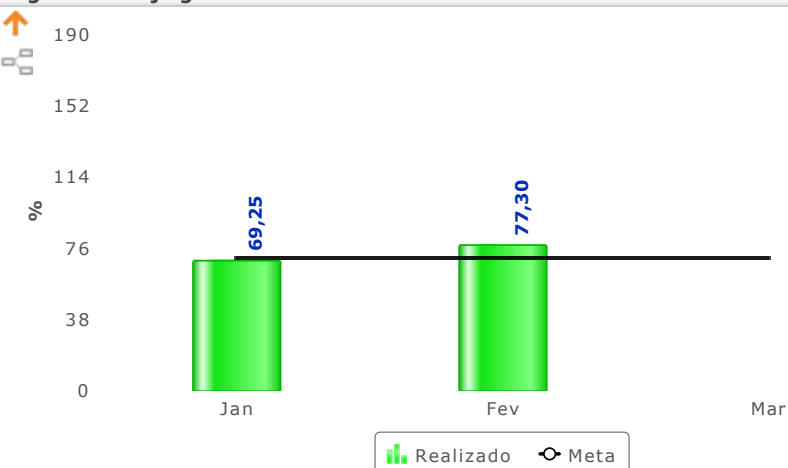
SITUAÇÃO



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Buscar excelência na prestação jurisdicional

Agilidade no julgamento

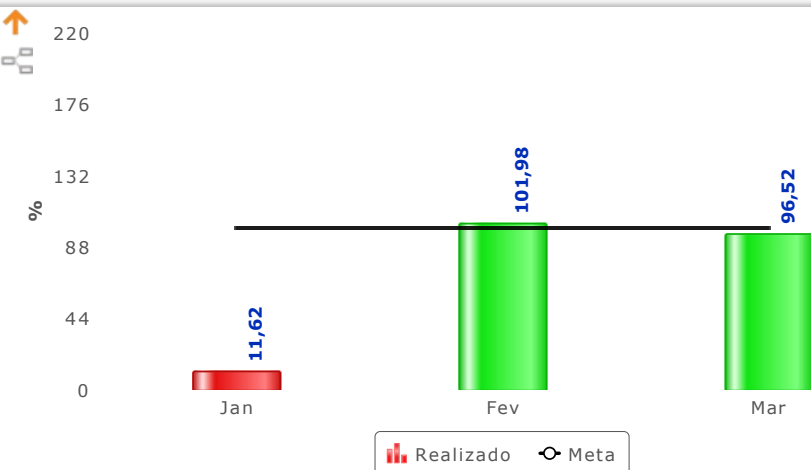


Análise crítica RA 15 - Agilidade no julgamento - Período: Fevereiro

O indicador mede o percentual de processos baixados no mês em relação aos que tramitaram em até 1 ano no Tribunal. Devido a uma inconsistência no sistema Justiça, já relatado a STI por meio de chamado, os dados só puderam ser gerados até fevereiro.

Apesar disso, infere-se que até o fim de 2021 será mantido o cumprimento da meta, como em anos anteriores.

Atendimento à demanda

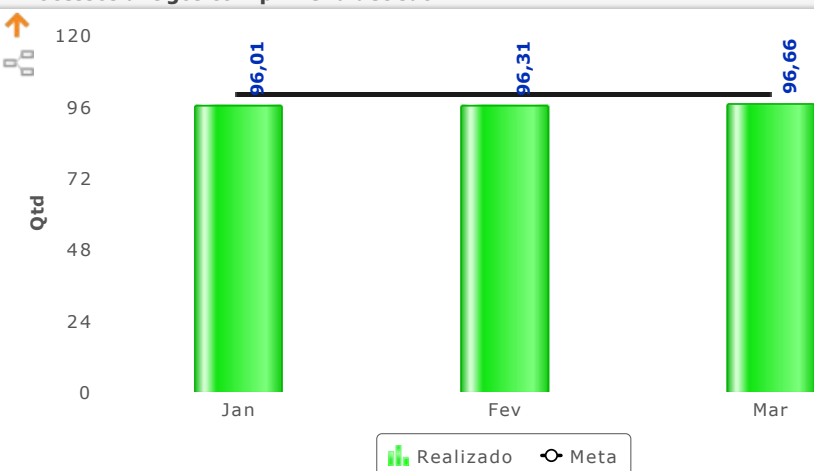


Análise crítica RA 11 - Atendimento à demanda - Período: Março

O indicador de Atendimento à demanda, equivalente à Meta Nacional n. 1, busca medir a relação entre processos julgados e número de distribuídos no período.

Dessa forma, é possível fazer uma comparação da produtividade em relação à demanda. No período analisado, apesar do resultado ter ficado um pouco abaixo da meta, ainda impactado pelo desempenho de janeiro (Recesso Regimental dos Ministros), a expectativa é que ao longo do ano, mais uma vez se chegue ao cumprimento, tendo em vista o histórico positivo dos últimos exercícios.

Processos antigos com primeira decisão



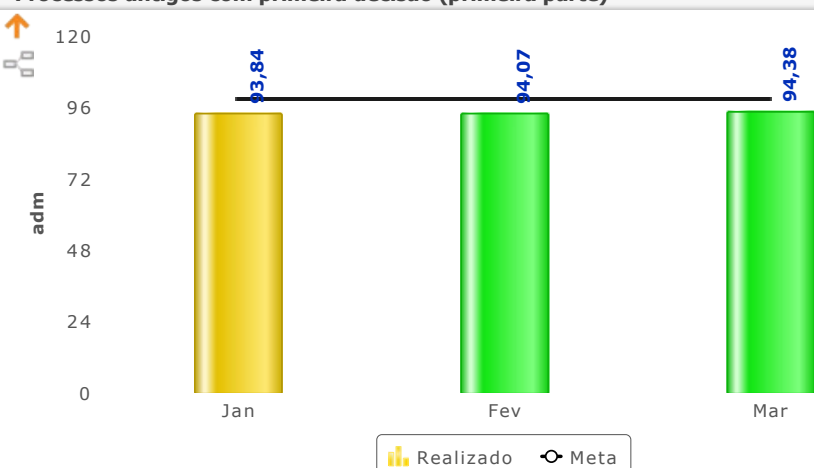
Análise crítica RA 14 - Processos antigos com primeira decisão - Período: Março

O indicador, alinhado à Meta Nacional n. 2, é dividido em dois períodos base: processos distribuídos até 31/12/2016, com meta de julgar 99% até o último dia de dezembro de 2021, e distribuídos em 2017, com meta de julgar 95% até 31/12/2021.

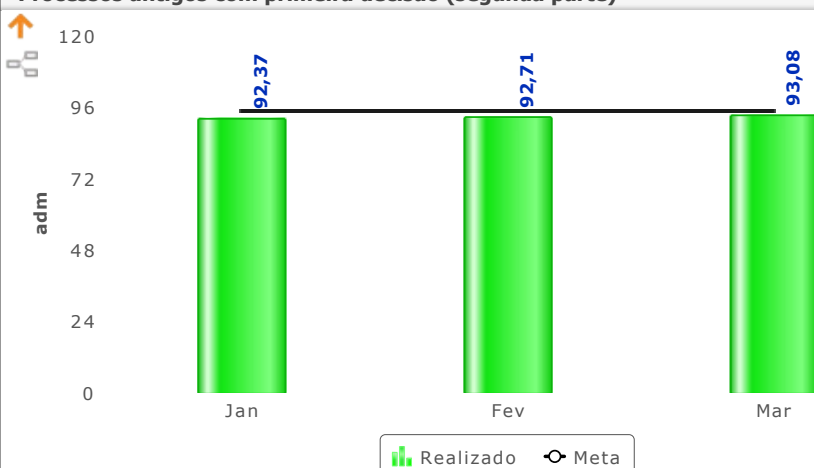
Ainda que as metas para o período não tenham sido superadas, houve incrementos de valores nesses meses iniciais do ano.

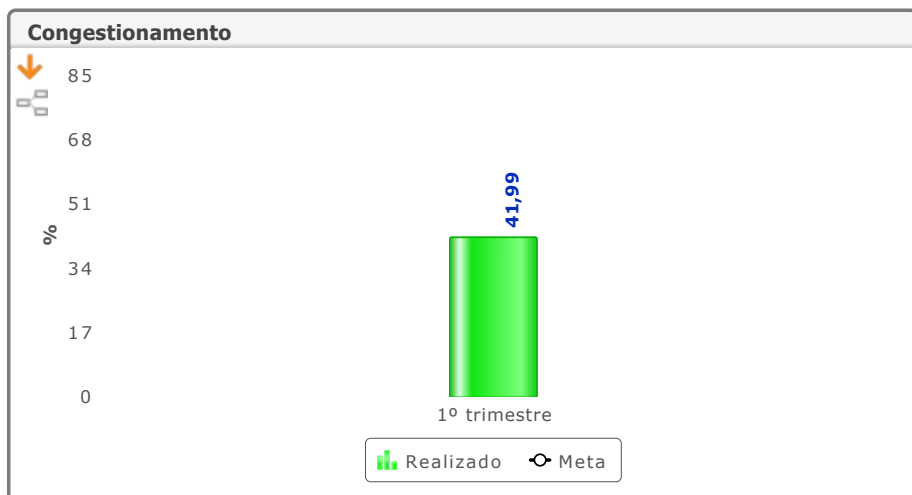
Apesar das mudanças em função da pandemia, os relatórios de acompanhamento com os desempenhos individualizados por gabinete continuam sendo encaminhados aos ministros, permitindo a criação de ações para possibilitar o alcance dos resultados esperados.

Processos antigos com primeira decisão (primeira parte)



Processos antigos com primeira decisão (segunda parte)



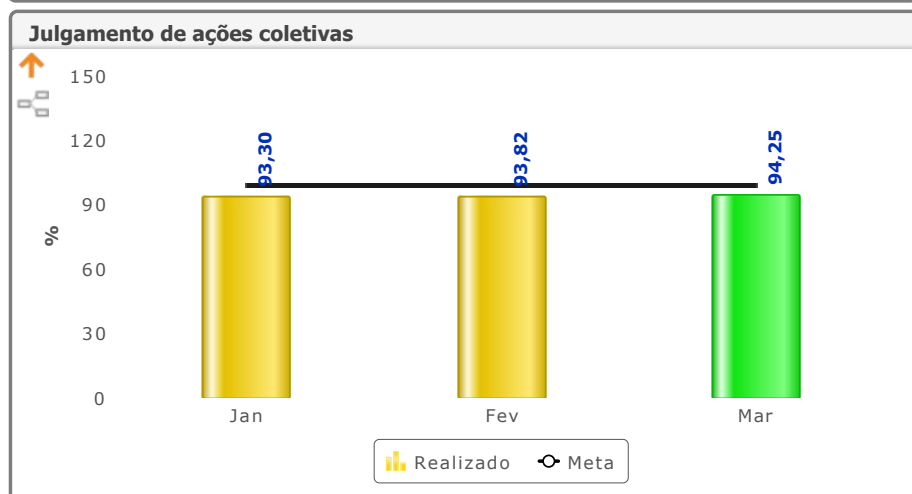


Análise crítica RA 12 - Congestionamento - Período: 1º trimestre

Como a periodicidade é semestral, o resultado apresentado é de dezembro de 2020.

O indicador mensura o número de processos baixados em relação ao total de pendentes, considerando como período base o semestre. A métrica utilizada está alinhada ao que é medido pelo sistema "Justiça em Números", coordenado pelo CNJ.

Ressalta-se que, a partir deste ano, o indicador também estará alinhado à Meta Nacional n. 5, coordenada pelo CNJ, com meta de 37%, a ser considerada na mensuração ao final do 1º semestre.



Análise crítica RA 13 - Julgamento de ações coletivas - Período: Março

O indicador, alinhado à Meta Nacional n. 6, acompanha o percentual de processos que foram julgados oriundos de ações coletivas distribuídos a partir de 1/1/2015. Tendo em vista esse alinhamento, a partir de 2021, a meta foi alterada de 95% para 99%, o que a tornou mais desafiadora.

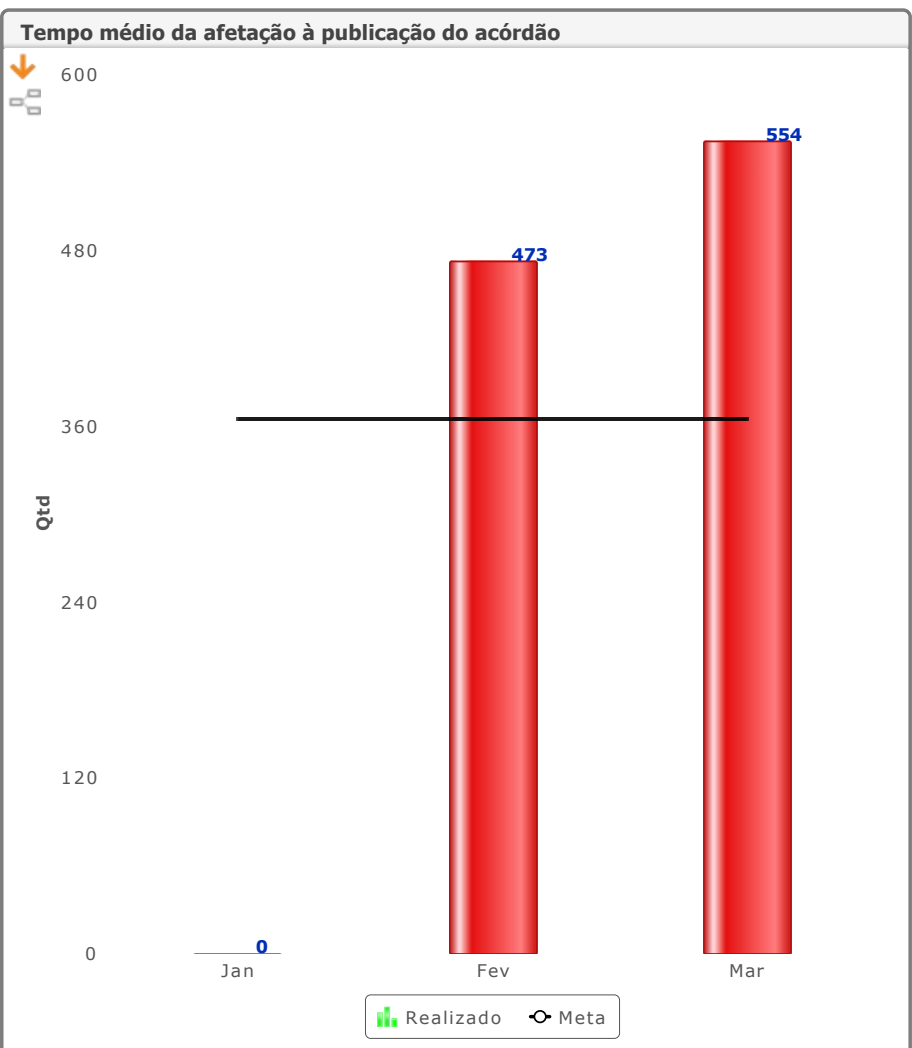
Apesar de não ter cumprido ainda essa nova meta, há a expectativa de que isso ocorra até o final deste exercício, com base em períodos anteriores.

SITUAÇÃO



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Tratar demandas repetitivas e de grandes litigantes



Análise crítica RA 3 - Tempo médio da afetação à publicação do acórdão - Período: Março

Em março, houve a publicação de 8 temas repetitivos (um deles o Tema 961, com afetação em 3/10/2016, no qual houve mudança de relator e de competência e por sua complexidade prejudicou a medição no mês de referência). Com isso, o tempo total foi de 4680 dias percorridos entre a data da afetação e a data da publicação do acórdão, o que prejudicou a média do período de aferição.

Ressalte-se que, em razão da pandemia, desde março de 2020, as sessões de julgamento foram suspensas, bem como os prazos processuais ficaram sobrestados entre 19/3/2020 a 4/5/2020, e somente com a Resolução n. 9 de 17/04/2020 foi aprovada a realização de sessões de julgamento com uso de videoconferência a partir de maio de 2020, medida que se estende até 30/04/2021 (Resolução STJ/GP n. 6 de 11/03/2021). Assim, o julgamento de recursos repetitivos foi restringido. A Primeira Seção, por exemplo, na sessão realizada em 27/5/2021, definiu, por unanimidade, que somente seriam levados a julgamento por videoconferência os recursos repetitivos sobre os quais não houvesse divergência entre os ministros. Ficou estabelecido que os repetitivos a serem julgados em videoconferência deveriam estar em consonância com a jurisprudência da Primeira e da Segunda Turmas, que compõem a Primeira Seção, especializada em direito público. O colegiado decidiu também que cada relator poderia pautar apenas um tema repetitivo por sessão e deveria disponibilizar seu voto sobre a matéria com pelo menos uma semana de antecedência em relação à data do julgamento, o que diminuiu drasticamente o número de julgados repetitivos publicados em 2020.

A partir de outubro de 2020, os ministros, sensibilizados pela paralisação de processos relevantes, retomaram os julgamentos dos recursos repetitivos. Entretanto, os resultados de 2020, considerando o tempo de paralisação, já começam a impactar os de 2021, demonstrando que será difícil o cumprimento da meta.

Destacamos que os casos de REVISÃO DE TESE (art. 256-S e seguintes do RISTJ) impactam sobremaneira a medição deste indicador pelo longo tempo que se toma para reanalisar uma tese anteriormente firmada. Isto porque, a data inicial é a "data da afetação" e na revisão da tese não há nova afetação, e acaba-se medindo este indicador, nestes casos, a partir da data da afetação inicial, aumentando demasiadamente o tempo mensurado. Daí, existem duas vertentes que podem ser utilizadas para solucionar esta discrepância: a) excluir os casos de revisão de tese da mensuração no período de referência, visto que já foi contabilizado na mensuração da meta quando foi inicialmente afetado como tese; b) incluir a revisão de tese (que também deve ser julgada no prazo de um ano) na mensuração, contudo, a data inicial para contagem do tempo deve ser a data em que proposta a Revisão, seja por petição, seja por questão de ordem. Assim, como já estamos no segundo trimestre de 2021, sugere-se que essas propostas para cálculo da métrica sejam consideradas na elaboração do próximo plano 2021-2026 e na definição da Meta Nacional n. 7 para 2022.

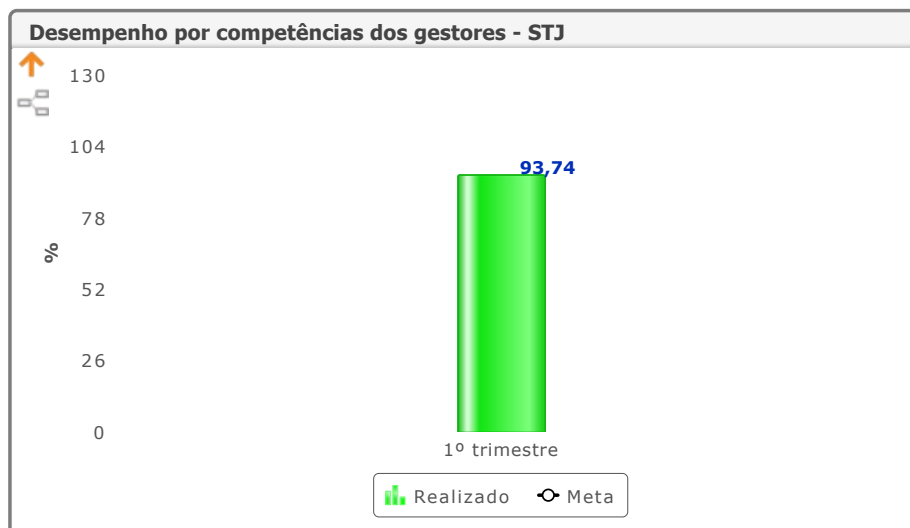
Por fim, ressaltamos que, como o atingimento da referida meta depende especialmente do empenho dos gabinetes dos ministros em julgarem os recursos repetitivos de forma prioritária e preferencial em detrimento dos recursos comuns para cumprir o prazo de um ano previsto no CPC e do RISTJ (art. 256-N, §2º), o NUGEPNAC atua estrategicamente no alerta de prazos aos gabinetes e no convencimento dos ministros, por meio de seus pares que compõem a Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas, da importância do julgamento célere para dar efetividade ao sistema de precedentes. Com esse mesmo foco, outra ação foi iniciada, junto ao CEFOR, neste primeiro trimestre de 2021, com o intuito de propor e elaborar um treinamento específico para os gabinetes e divulgar as ferramentas e procedimentos na prática.

SITUAÇÃO



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aprimorar competências



Análise crítica RA 22 - Desempenho por competências dos gestores - STJ - Período: 1º trimestre

Por ter uma periodicidade anual, o resultado apresentado no primeiro trimestre refere-se à mensuração feita ao final de 2020.

Seguindo os últimos exercícios, a medição está prevista para segundo semestre, após o preenchimento do sistema "Aprimore" pelos gestores (autoavaliação) e por sua equipe. O cálculo considera as lacunas de competências a serem diminuídas pelos gestores referentes a diversos temas, como, comunicação com a equipe, a organização das prioridades, o aprimoramento em gestão.

Importante frisar que houve uma melhora no índice em comparação ao ano anterior. Quanto mais unidades mapeadas, mais assertivo fica o indicador. A participação dos gestores é fundamental nesse processo.



Análise crítica RA 4 - Adesão às ações de educação corporativa - Período: 1º trimestre

No trimestre, apenas 368 (12,97%) dos 2.838 servidores participaram de alguma ação de capacitação ofertada pelo STJ em 2021.

Analisando-se os dados de capacitação do período, observa-se a oferta de apenas 11 turmas, totalizando 635 vagas. Considerando que, para cumprir a meta, era necessária a participação de 709 servidores, conclui-se que o número de turmas e vagas foi insuficiente. Constata-se ainda que os dados foram inferiores aos observados em anos anteriores (2020: 43 turmas, 1.269 vagas; 2019: 21 turmas, 2.032 vagas).

Essa oferta de cursos abaixo do esperado ocorreu, principalmente, por conta de um atraso na elaboração e publicação do Plano de Ações de Educação Corporativa – PAC/2021. No entanto, analisando-se o referido planejamento, observa-se que o Tribunal pretende ofertar 479 turmas com mais de 12.000 vagas ao longo do ano.

Tem-se ainda a não realização das ações autoinstrucionais, por conta da necessidade de ajustes no Portal do CEFOR, em decorrência do ataque hacker.

Outro fato importante é que com as ações presenciais eram permitidas palestras com até 400 servidores participantes simultâneos. Nesse novo cenário, as palestras previstas no PAC 2021 contam com até 200 vagas.

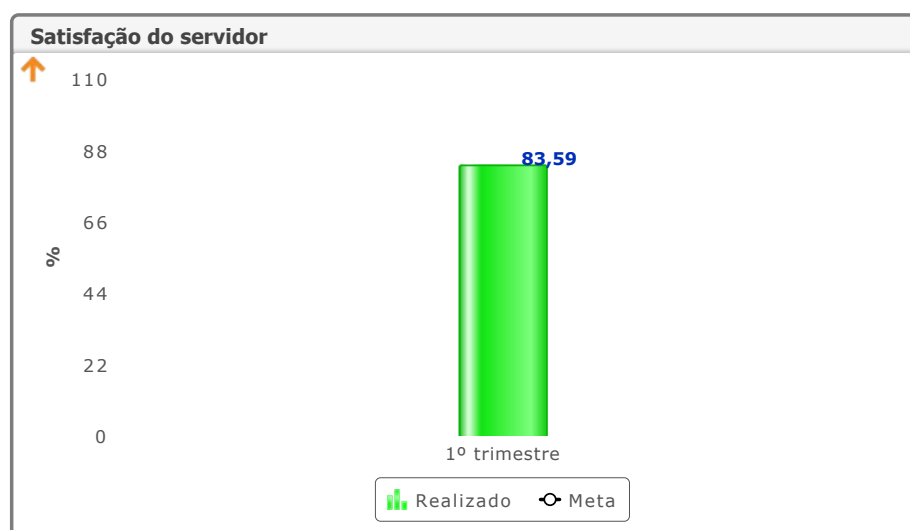
Para o próximo plano estratégico de 2021-2026, estuda-se a possibilidade de criar um novo indicador que acompanhe a adesão dos servidores a todas as ações educacionais, incluindo aquelas realizadas fora do STJ.

SITUAÇÃO



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Atrair e reter talentos



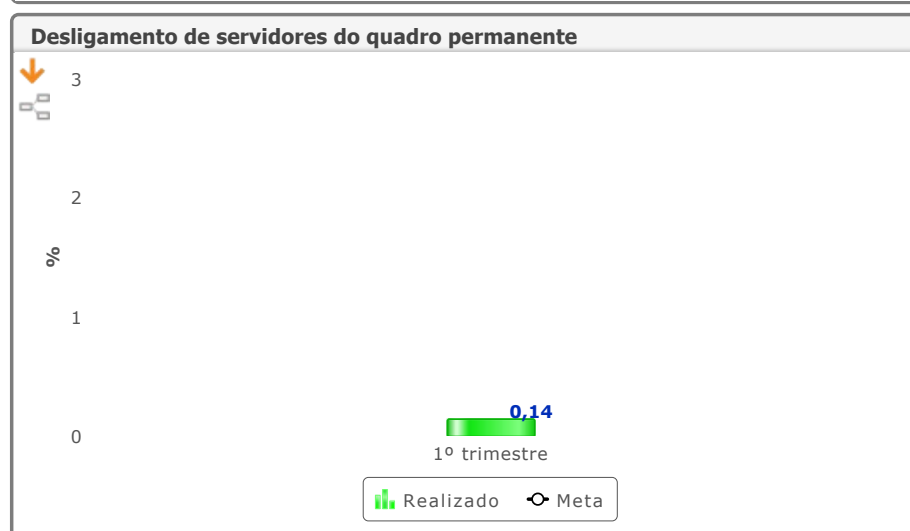
Análise crítica RA 14 - Satisfação do servidor - Período: 1º trimestre

O resultado apresentado refere-se a última Pesquisa de Clima do ciclo do Plano STJ 2020, sendo que a meta ligada à satisfação do servidor foi superada. Acredita-se que esse desempenho seja reflexo das boas condições de trabalho oferecidas pelo Tribunal.

O resultado alcançado indica que os servidores se mostraram satisfeitos em 83,59% das oportunidades de resposta aos itens sobre satisfação com a chefia, com a natureza do trabalho, com o salário e com o relacionamento com seus colegas. Assevera-se que esse índice foi maior em relação à satisfação com a chefia e menor em relação à satisfação com o salário, o que pode influenciar nas ações para sua melhoria.

Entretanto, apesar do bom resultado, ainda é necessário ter atenção à satisfação do servidor para que se mantenha em um patamar desejável.

A expectativa é de que uma nova pesquisa seja aplicada ainda em 2021. Aguarda-se a autorização da Alta Administração.



Análise crítica RA 2 - Desligamento de servidores do quadro permanente - Período: 1º trimestre

A meta deste indicador é manter o percentual de saídas espontâneas de servidores do quadro permanente do STJ abaixo de 2%. Novamente, o percentual de desligamentos espontâneos ficou muito abaixo, já que tem uma polaridade de quanto menor, melhor.

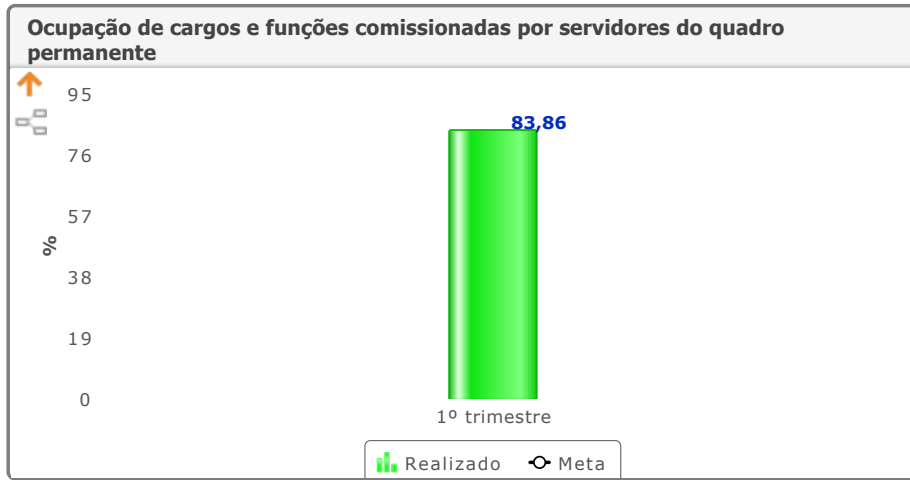
Entre os servidores que se desligaram do STJ no período, 3 assumiram outros cargos públicos. Os servidores desligados responderam ao formulário e apontaram como motivadores predominantes para a saída do STJ: a ascensão profissional, a remuneração e o desejo de atuar em outro órgão.

A estrutura, o excelente ambiente de trabalho, a equipe de trabalho e a preocupação ambiental foram pontos positivos.

A falta de vagas no estacionamento e a não permissão para teletrabalho fora do DF foram alguns dos aspectos negativos.

Ressalta-se que a Resolução STJ n. 13/2021, que trata do teletrabalho no Tribunal, sanou esse ponto negativo apontado de "não permissão de realizá-lo fora do DF". Agora, desde que previamente registrado e aprovado, o servidor pode realizar a modalidade de teletrabalho em qualquer lugar do Brasil ou do exterior.

Por fim, sugere-se que para o próximo plano estratégico, caso o indicador seja mantido, haja proposta de uma meta mais desafiadora.



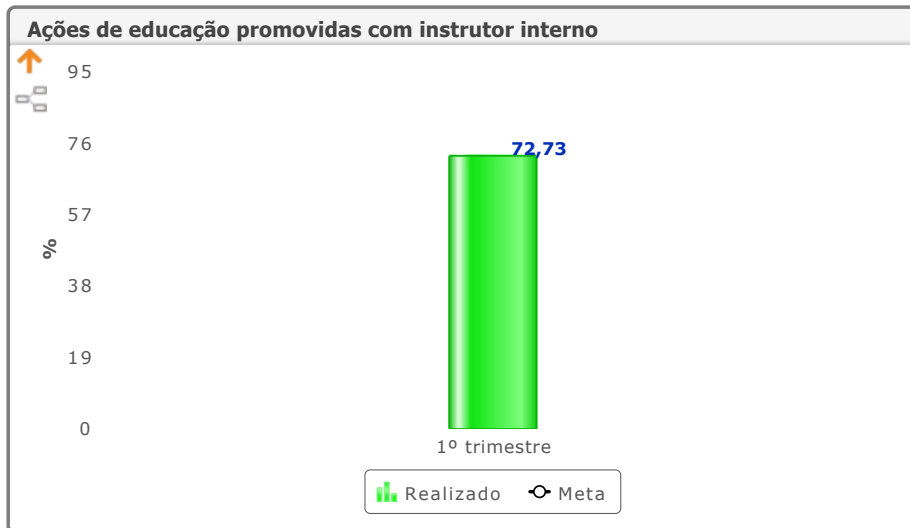
Análise crítica RA 1 - Ocupação de cargos e funções comissionadas por servidores do quadro permanente - Período: 1º trimestre

O Tribunal utiliza-se desse indicador para monitorar o percentual de cargos em comissão e funções de confiança ocupados por servidores do quadro permanente, demonstrando a constante preocupação do STJ em valorizar os seus colaboradores.

A meta de manter em pelo menos 80% esse percentual de preenchimento com servidores do quadro permanente do STJ vem sendo cumprida desde 2015.

Entre as ações perenes para manter essa métrica com bons resultados estão: a disponibilização frequente de treinamentos gerenciais; a possibilidade de participação dos substitutos em alguns desses eventos.

Por fim, sugere-se que para o próximo plano estratégico, caso o indicador seja mantido, haja proposta de uma meta mais desafiadora.

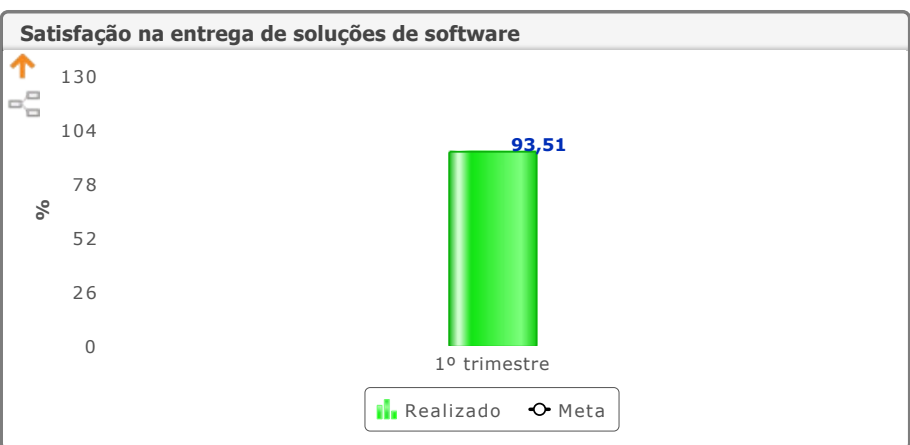


Análise crítica RA 5 - Ações de educação promovidas com instrutor interno - Período: 1º trimestre

Nesse primeiro trimestre, o resultado demonstra que, apesar das dificuldades impostas pela pandemia que ainda hoje perdura, a meta voltou a ser superada com 72,73% das ações internas de educação corporativa tendo sido realizadas com instrutoria interna frente aos 60% estipulados. Isso demonstra a preocupação da Casa em valorizar os seus servidores.

O resultado positivo deveu-se à capacidade dos servidores do Tribunal de entenderem melhor as peculiaridades do órgão, e, por isso, serem capazes de adequar o conteúdo às novas necessidades do STJ.

SITUAÇÃO ● **OBJETIVO ESTRATÉGICO** **Garantir a qualidade dos serviços e soluções de TIC**

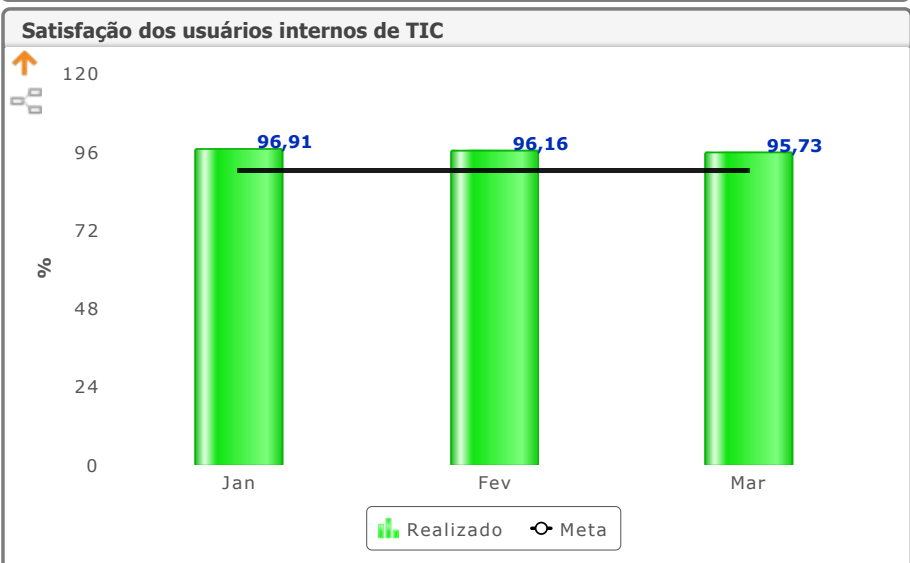


Análise crítica RA 1 - Satisfação na entrega de soluções de software - Período: 1º trimestre

Por ser um indicador com periodicidade semestral, o resultado apresentado refere-se ao segundo semestre de 2020.

A métrica mede o percentual médio de satisfação de clientes e usuários em relação aos novos serviços ou às melhorias nos serviços de TIC entregues no período de medição.

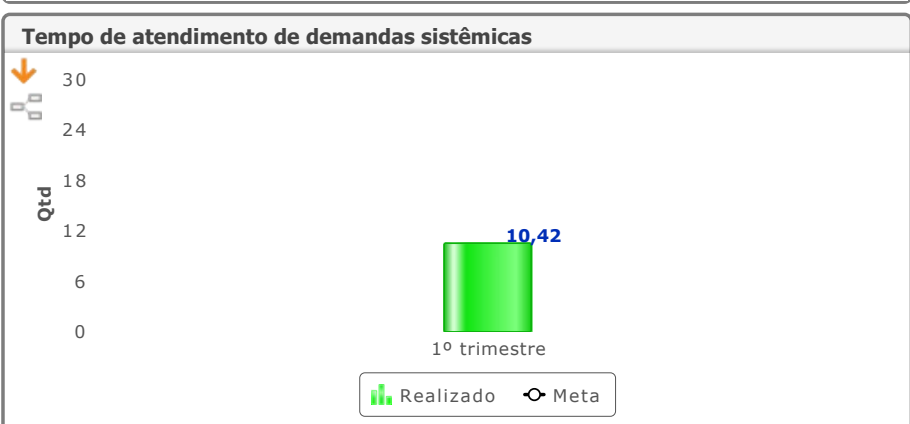
O levantamento dos valores é feito mediante a aplicação de questionário às unidades demandantes para avaliar a satisfação com os produtos entregues após finalização pela STI.



Análise crítica RA 27 - Satisfação dos usuários internos de TIC - Período: Março

A unidade CORE/STI é responsável pelo controle e pelo monitoramento da Satisfação do Cliente Interno de TIC, medindo a porcentagem de satisfação de usuários de TIC com o serviço prestado, buscando atender o Acordo de Nível de Serviço (ANS) estabelecido pela IN STJ/GDG n. 10/2018. Para operacionalização da pesquisa de satisfação, o sistema SIGA envia automaticamente, por e-mail, após o fechamento de um chamado técnico, uma solicitação de pesquisa de formato amigável para todos esses clientes que receberam um suporte em TIC.

Com referência aos valores alcançados nesse primeiro trimestre, observa-se que o resultado superou mais uma vez a meta estipulada para o período, demonstrando o atendimento às expectativas do cliente e à qualidade dos serviços de TI prestados.



Análise crítica RA 2 - Tempo de atendimento de demandas sistêmicas - Período: 1º trimestre

Por ser um indicador com periodicidade semestral, o resultado apresentado refere-se ao segundo semestre de 2020.

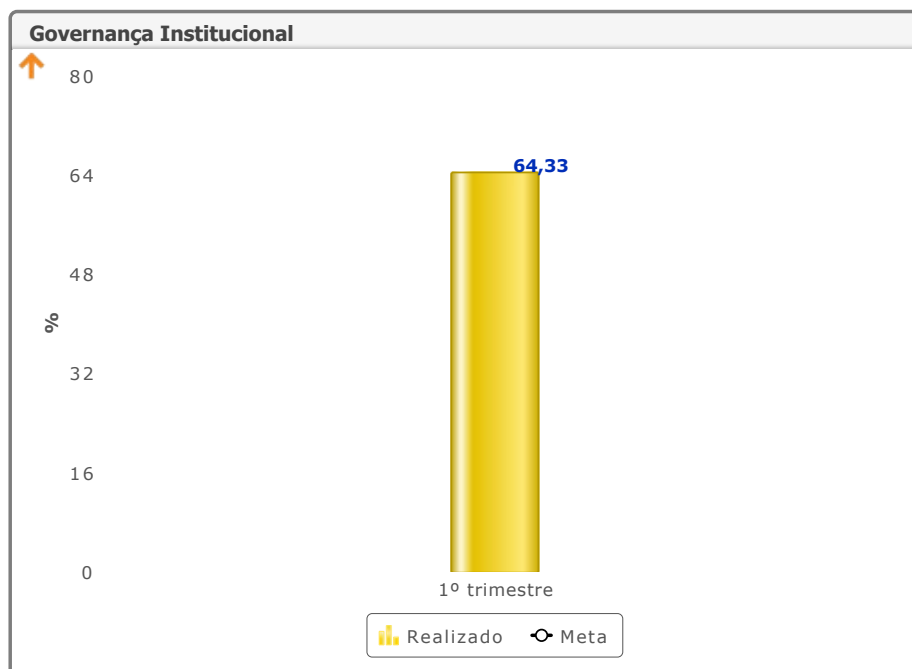
Com ele, mensura-se o tempo médio, em semanas, de atendimento das demandas sistêmicas solucionadas pela STI. Compõem a medição as demandas rápidas e as do tipo projetos.

Ressalta-se que na última RAE, em março, decidiu-se por mantê-lo como indicador estratégico enquanto vigor o Plano STJ 2020.

SITUAÇÃO



OBJETIVO ESTRATÉGICO Fortalecer a governança institucional



Análise crítica RA 8 - Governança Institucional - Período: 1º trimestre

O resultado apresentado ainda reflete a autoavaliação feita ao final do 1º semestre de 2020. A expectativa que ocorra uma nova medição no início do 3º trimestre.

Durante esse período, as várias unidades do STJ têm avançado, em especial por iniciativas do Plano de Gestão 2020-2022 e pelos aprendizados do ano atípico que foi 2020.

Se várias iniciativas avançarem como previsto, espera-se que o Tribunal participe do seletivo grupo de órgãos públicos da Administração Federal que está amplamente aprimorado em sua governança (acima de 70% de desempenho).

Uma informação relevante é que o STJ foi escolhido, junto com pouco mais de 20 outras instituições federais, para testar um novo sistema do TCU chamado eGovernança que, se bem-sucedido, será um facilitador do monitoramento da governança no Tribunal.



Análise crítica RA 10 - Atendimento às recomendações - Período: 1º trimestre

Esse indicador tem uma periodicidade semestral, tendo por base os dados do relatório elaborado pela AUD com a situação de atendimento das recomendações expedidas a cada exercício. Nesse primeiro trimestre, o resultado representa o que foi apurado em dezembro/2020. A próxima medição está prevista para junho de 2021.

Cabe comentar que após os estudos realizados e aprovação pelo DG, em dezembro, e ratificação em RAE, o indicador teve sua meta alterada de 95% para 65% e passou a ter incluídas em seu cálculo as recomendações orientadoras. Acordou-se em RAE que o indicador deverá ser revisto para o próximo plano estratégico do período de 2021-2026.

Mas é muito importante que as unidades nunca percam o foco de implementar, sempre que possível, as recomendações expedidas, visando às melhorias em governança/gestão de uma forma geral. Para tanto, a SGE interagiu com as diversas unidades do Tribunal para alertá-las sobre as datas de auditorias e de monitoramentos previstos pela AUD para 2021, a fim de auxiliar na priorização das ações de atendimento às recomendações. A SGE utilizou a planilha disponibilizada pela AUD em (<https://intranet.stj.jus.br/SGI/jsps/main.jsp?imInTab=1B&imInTabPai=CPLANE&imInTabAvo=CONTIN>).



Análise crítica RA 17 - Execução do orçamento estratégico - Período: 1º trimestre

Para esse primeiro trimestre, não havia previsão de gastos, logo, não houve execução.

Na Proposta Orçamentária 2020/2021 constam demandas de aquisição de produtos e serviços para cinco projetos estratégicos, com situação das contratações abaixo destacadas:

I - Aprimoramento do Sistema de Gestão de Pessoas (iSGP) – os estudos técnicos para elaboração do processo licitatório para aquisição do sistema iSGP está em fase inicial. Está em andamento a elaboração do Documento de Oficialização da Demanda e a formalização da equipe de planejamento da contratação;

II - Arquivo Documental – ainda não foi concluída a documentação técnica necessária para realizar a licitação para contratação da obra de engenharia do arquivo. O projeto vivencia dificuldades com a empresa M A PEREIRA ENGENHARIA ME, encarregada pela elaboração dos projetos legais. A referida empresa já foi notificada pelo STJ;

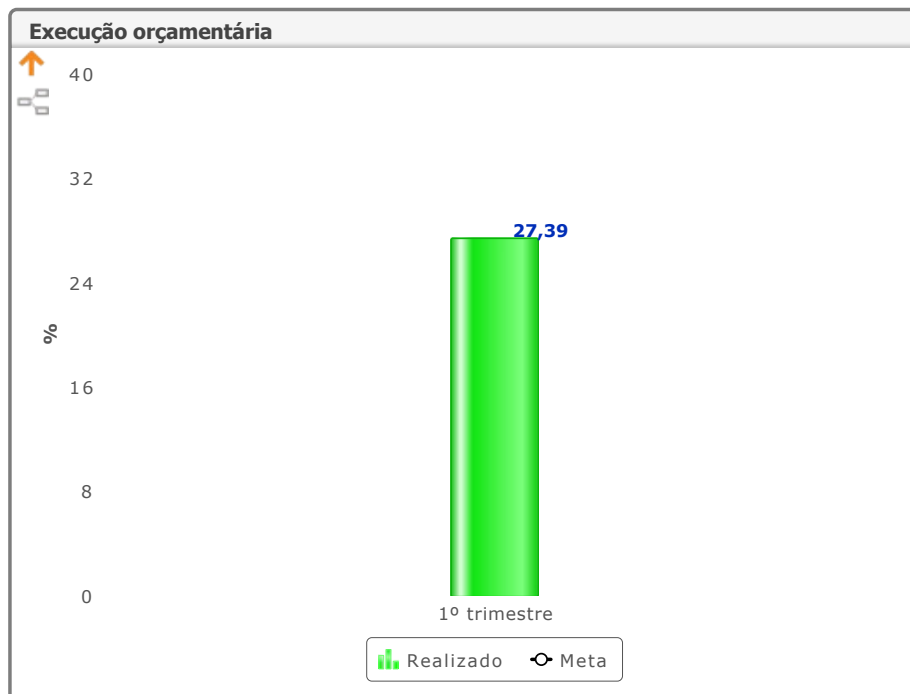
III – Empatia – a equipe do projeto realizou algumas pesquisas de preços de capacitações que serão realizadas como parte do escopo do projeto;

IV - Expansão da Capacidade de Processamento da Infraestrutura de TI dos Modelos de IA - o planejamento da contratação foi instruído no Processo STJ n. 9.006/2020, aprovado pela STI e pela AIA, e já foi avaliado pelas unidades da SAD. Contudo, há uma ação de auditoria preventiva da AUD que solicitou realização de novos estudos complementares que justifiquem a escolha da ferramenta MemSQL.

V - Política de Preservação Digital do STJ - ocorreram reuniões entre a equipe do IBICT e do STJ para apresentação da situação do sistema Fluxus após o ataque cibernético. O IBICT encaminhou uma proposta de Projeto de Pesquisa, com os valores referentes ao Termo de Execução de Descentralizada para análise do STJ.

Após a realização da 9ª RAE, decidiu-se por uma análise de metas dos indicadores estratégicos referentes à execução de orçamento. Com isso, a CPES/SGE elaborou um estudo e apresentou ao GDG e à SOF, que servirá para a definição de meta tanto na continuidade desse indicador no Plano STJ 2020 quanto para o próximo plano estratégico para o período de 2021-2026.

Por fim, sugere-se a manutenção da meta de 100% enquanto perdurar o Plano STJ 2020 e fazer uma melhor análise para o próximo plano.



Análise crítica RA 1 - Execução orçamentária - Período: 1º trimestre

A execução do indicador em análise demonstra que a meta prevista para o período foi superada, mas cabem algumas ressalvas, pois a publicação da LOA 2021 ocorreu apenas em 23 de abril de 2021.

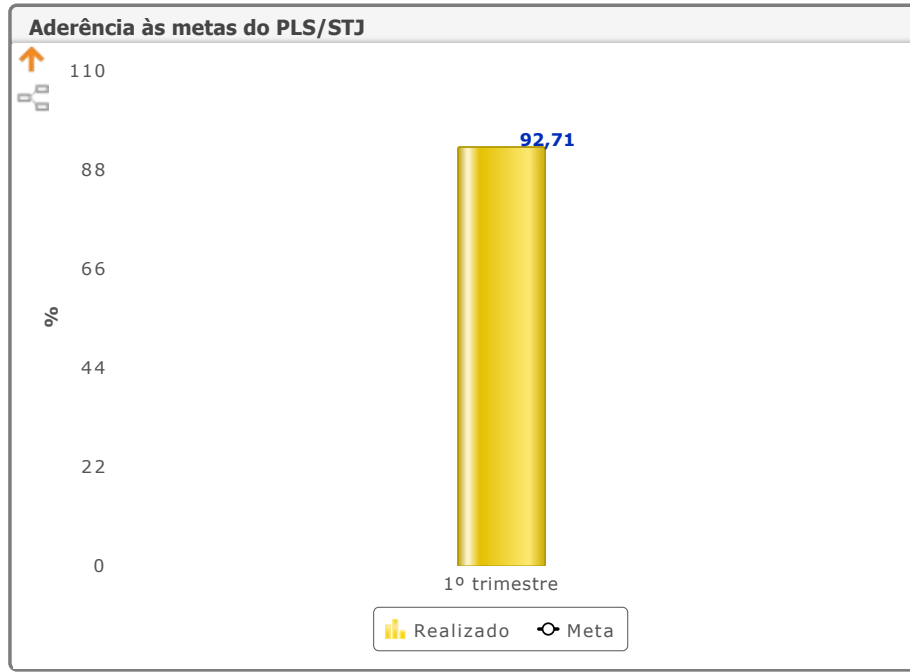
Antes dessa publicação, somente os recursos orçamentários das despesas obrigatórias haviam sido destinados integralmente ao STJ, conforme prescrito pelo art. 65 da Lei n. 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO 2021.

No caso das despesas discricionárias, somente foram liberados recursos para o atendimento das despesas classificadas como "outras despesas correntes" (GND 3), até o limite de um doze avos do valor previsto, e mesmo assim, com o intuito de atender aquelas de caráter inadiável, sendo que não foram repassados os recursos para atender as despesas classificadas como "investimentos" (GND 4), com exceção das que constam da Ação de Assistência Médica e Odontológica, por serem despesas também pertencentes ao grupo de despesas obrigatórias.

Assim, o índice de execução pode sofrer alteração, agora que os recursos das despesas discricionárias (GND 3 e 4) foram totalmente liberados, uma vez que ainda demandará tempo para que as licitações que demandam recursos venham ocorrer, especialmente em investimentos.

Após a realização da 9ª RAE, decidiu-se por uma análise de metas dos indicadores estratégicos referentes à execução de orçamento. Com isso, a CPES/SGE elaborou um estudo e apresentou ao GDG e à SOF, que servirá para a definição de meta tanto na continuidade desse indicador no Plano STJ 2020 quanto para o próximo plano estratégico para o período de 2021-2026.

Por fim, sugere-se a manutenção da meta de 98% enquanto perdurar o Plano STJ 2020 e fazer uma melhor análise para o próximo plano.



Análise crítica RA 1 - Aderência às metas do PLS/STJ - Período: 1º trimestre

O indicador estratégico "Aderência às metas do PLS/STJ" é composto por 11 subindicadores que refletem a performance de diversos temas administrativos. No primeiro trimestre de 2021, dois dos subindicadores destacaram-se negativamente, contribuindo para que o desempenho geral da métrica fosse apenas satisfatório (92,71%).

O subindicador "impressões por equipamento" permaneceu apresentando uma situação crítica. Isso pode ser explicado pela queda nas impressões não terem sido acompanhadas por diminuição na quantidade de equipamentos, o que indica alta ociosidade de equipamentos atualmente no STJ. Quanto à situação crítica do subindicador "gasto por equipamento" de impressão, trata-se de reflexo dos reajustes nos valores pagos após o novo contrato assinado em 2018.

Mesmo com o retorno gradual ao trabalho presencial, a maioria dos subindicadores permanecem apresentando situação ótima, com destaque para a queda apresentada no consumo de papel, impressões por usuário, gasto com energia elétrica, gasto com água e consumo de combustíveis.

Destaca-se que o subindicador custos de telefonia móvel obteve um resultado ótimo, refletindo melhorias já identificadas desde setembro de 2020.

Credita-se esse bom resultado aos impactos da redução do consumo e da redução do gasto dos itens observáveis decorrentes da adoção do trabalho remoto como resposta à pandemia da Covid-19.













Análise crítica RA 8 - Investimento em iniciativas estratégicas - Período: 1º trimestre

Na Proposta Orçamentária 2020/2021, apenas os projetos Aprimoramento do Sistema de Gestão de Pessoas (iSGP), Arquivo Documental, Empatia, Expansão da Capacidade de Processamento da Infraestrutura de TI dos Modelos de IA e Política de Preservação Digital do STJ possuem demandas que requerem execução do orçamento. Como, nesse primeiro trimestre, não havia previsão de gastos e não ocorreu desembolso, a meta foi alcançada.

Após a realização da 9ª RAE, decidiu-se por uma análise de metas dos indicadores estratégicos referentes à execução de orçamento. Com isso, a CPES/SGE elaborou um estudo e apresentou ao GDG e à SOF, que servirá para a definição de meta tanto na continuidade desse indicador no Plano STJ 2020 quanto para o próximo plano estratégico para o período de 2021-2026.

Por fim, sugere-se a manutenção da meta de 100% enquanto perdurar o Plano STJ 2020 e fazer uma melhor análise para o próximo plano.

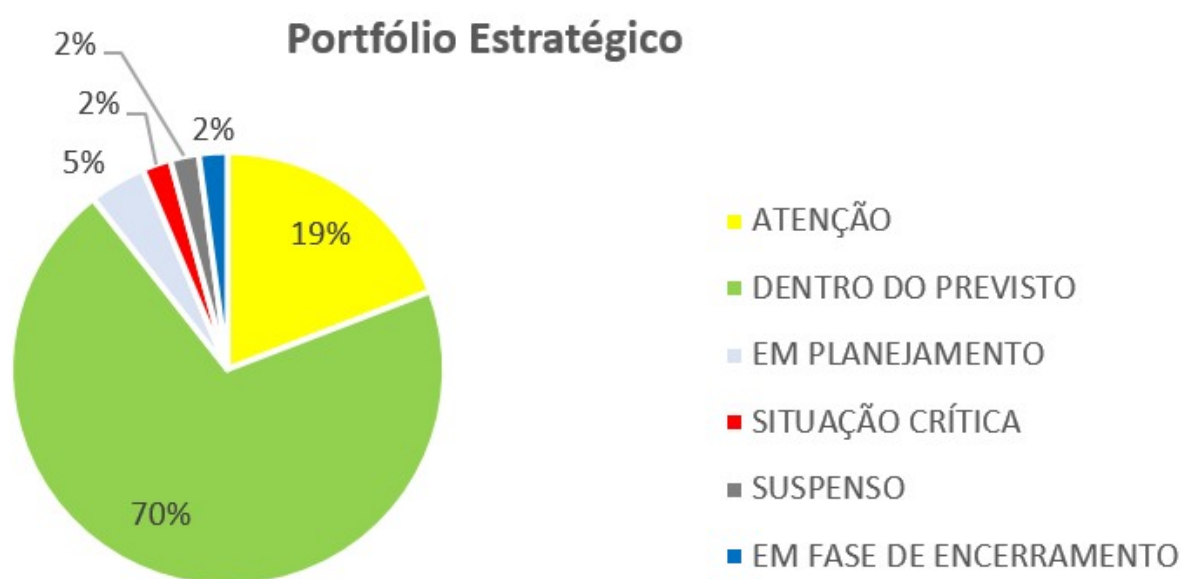
<p>Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.</p> <p>Meta 1</p> 	<p>Julgar, até 31/12/2021, pelo menos, 99% dos processos distribuídos até 31/12/2016.</p> <p>Meta 2 (distribuídos até 2016)</p> 
<p>Julgar, até 31/12/2021, pelo menos, 95% dos distribuídos em 2017</p> <p>Meta 2 (distribuídos em 2017)</p> 	<p>Julgar, até 31/12/2021, 99% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2018</p> <p>Meta 4 (distribuídos até 2018)</p> 
<p>Julgar, até 31/12/2021, 85% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas em 2019</p> <p>Meta 4 (distribuídos em 2019)</p> 	<p>Reduzir para 37% a taxa de congestionamento líquida, até 31/12/2021.</p> <p>Meta 5</p> 
<p>Julgar, até 31/12/2021, 99% dos recursos oriundos de ações coletivas distribuídos a partir de 01/01/2015.</p> <p>Meta 6</p> 	<p>Garantir tempo médio de 365 dias da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos</p> <p>Meta 7</p> 
<p>Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.</p> <p>Meta 9</p> 	<p>Identificar e julgar 40% dos processos relacionados às ações ambientais, distribuídos até 31/12/2020.</p> <p>Meta 12</p> 

Nota explicativa: 1) o gráfico representa o percentual de atingimento de cada meta segundo o glossário disponibilizado pelo CNJ; 2) dados da meta 9 ainda em levantamento; 3) devido a alguns problemas técnicos, não foi possível levantar os dados da meta 12.

RESUMO

Atualmente, o portfólio estratégico contempla 47 iniciativas, dentre as quais, 70% estão sendo executadas conforme o previsto. Apenas um projeto está em situação crítica: o Arquivo Documental, que apresenta dificuldades com a empresa contratada para elaboração dos projetos de engenharia para construção do espaço físico do arquivo. Tais problemas já estão sendo tratados pela Administração. Um projeto teve de ser suspenso: o Conversa com o Presidente, pois depende do retorno das atividades presenciais. A ação estratégica Comitês Consultivos de Ministros está em fase de conclusão com a entrega da metodologia de trabalho a ser utilizada pela ACC. Há 9 projetos que estão em atenção, com dificuldades pontuais.

SITUAÇÃO	QUANTIDADE
ATENÇÃO	9
DENTRO DO PREVISTO	33
EM PLANEJAMENTO	2
SITUAÇÃO CRÍTICA	1
SUSPENSO	1
EM FASE DE ENCERRAMENTO	1
Total	47



Situação em 19/04/2021

SITUAÇÃO ● EM FASE DE ENCERRAMENTO

PROCESSO	INICIATIVA	UNIDADES GESTORAS	ANÁLISE CRÍTICA
028547/2020	COMITÊS CONSULTIVOS DE MINISTROS	ACC	A ACC apresentou no despacho SEI n. 2351536, a metodologia de trabalho a ser utilizada pela Assessoria dos Comitês Consultivos.

SITUAÇÃO ● DENTRO DO PREVISTO

PROCESSO	INICIATIVA	UNIDADES GESTORAS	ANÁLISE CRÍTICA
028570/2020	ADESÃO À PLATAFORMA NACIONAL INTEGRADA DE IA DOS TRIBUNAIS	AIA	As duas primeiras etapas já foram concluídas: 1. Avaliação preliminar e 2. Providências administrativas relacionadas a adesão.
028561/2020	APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA DAS AQUISIÇÕES	SAD	Foi concluída a elaboração do Planejamento das Contratações e Aquisições - PCAq/2021 que está disponível na intranet (página de transparência do STJ) e a fase de institucionalização da Trilha de Aprendizagem em Governança das Contratações, por meio do processo STJ 027860.
028566/2020	APRIMORAMENTO DA POLÍTICA DE TELETRABALHO E DE TRABALHO REMOTO	SGE, SGP	Foram concluídos pela Comissão de Gestão do Teletrabalho os estudos para aprimoramento das regras do teletrabalho no Tribunal, em razão das inovações apresentadas pelo CNJ (Resolução STJ/GP n. 13/2021). Com isso, o foco dessa iniciativa estratégica será avaliar a possibilidade de manutenção do trabalho remoto como forma alternativa de atividade à distância para situações específicas.
029429/2020	APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS (ISGP)	SGP, STI	Encontra-se em andamento a primeira etapa do projeto que é a Elaboração de Termo de Referência, Projeto Básico e demais documentos estabelecidos na IN 4, para contratação de nova solução informatizada de gerenciamento de dados funcionais dos servidores e de magistrados.
031683/2020	APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CUSTOS (SIC – STJ)	SOF	Encontram-se em execução a segunda e a terceira fases, cujo objetivo principal é aplicar a metodologia de custos aprovada pela Instrução Normativa n. 05/2020. A expectativa é que até o final de 2021 a terceira fase esteja concluída a fim de poder realizar a análise de dados de custos para subsidiar o processo de tomada de decisão dos gestores do STJ.

SITUAÇÃO ● DENTRO DO PREVISTO

PROCESSO	INICIATIVA	UNIDADES GESTORAS	ANÁLISE CRÍTICA
028580/2020	ATUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E DE INCIDENTES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	STI	Foram concluídas três etapas do processo: o nivelamento da equipe da STI em segurança e defesa cibernética, a execução de ações imediatas de segurança da informação, a adequação da estrutura organizacional referente a segurança da informação e a definição do gerente de segurança da informação.
028457/2020	AUTOMAÇÃO APOIADA POR IA NO NARER (NÚCLEO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS REPETITIVOS)	AIA, NARER	Houve ajuste no cronograma do projeto, com inversão das duas primeiras etapas. O desenvolvimento já foi iniciado e as primeiras entregas do projeto estão previstas para o terceiro trimestre/2021.
028545/2020	BAIXA AUTOMÁTICA DAS DECISÕES COLEGIADAS	SPF	Concluídas as fases de definição de requisitos em reuniões com os Coordenadores da SPF e adaptação das tabelas relacionadas aos resultados de julgamentos, a STI iniciou o desenvolvimento adaptando o sistema que já funciona nas decisões monocráticas, uma vez que nas decisões colegiadas não temos a marcação de providências. Visando a ampliação do escopo, ocorreu avanço para processos com uma decisão terminativa monocrática e mais duas decisões colegiadas do tipo nego seguimento.
028546/2020	BUSCA TEXTUAL NAS PEÇAS DO PROCESSO	SPF	Foi iniciado o desenvolvimento da busca textual em petições incidentais, com a elaboração de alguns critérios de busca ligados à identificação de pedidos de publicação em nome de advogados(as) indicados(as) nas referidas peças processuais. Aguarda-se que a STI coloque o produto testado em produção. A STI informou que é necessário renovar o certificado do Módulo Delphi que se encontra vencido. Apesar dessa dificuldade, entende-se que a iniciativa seguirá seu curso dentro dos prazos previstos.
028544/2020	CONTROLE AUTOMÁTICO DO PRAZO DE DESPACHOS DE MERO EXPEDIENTE	SPF	O projeto será realizado em duas etapas: a) dos despachos tabelados em Recurso Ordinário e em Embargos de Divergência (já implementada); b) controle dos despachos de mero expediente que não são tabeláveis de forma objetiva - está na lista para execução da STI.
028568/2020	CRIAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	AIA	Foi elaborada a minuta de norma para instituir o Comitê de Ética de Inteligência Artificial, a qual se encontra nos trâmites visando a sua publicação.
028541/2020	CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE AÇÕES COLETIVAS (NAC - STJ)	NUGEP	Foi alterada a estrutura do NUGEP para comportar o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC (Resolução STJ/GP n. 29/2020). Também foram estabelecidas as atribuições da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas - COGEPAC, (Portaria STJ/GP n. 98/2021). Encontram-se em andamento as alterações do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça (RISTJ) e do Manual de Organização do STJ.
028553/2020	DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES EM FORMATO DE DADOS ABERTOS	SGE	Foi instituída a comissão para elaborar estudos para adoção de medidas de governança do acesso e uso massificado de dados no STJ (Portaria STJ/GDG 183/2021). A primeira reunião da comissão está prevista para abril/2021. No final de 2020, foi realizada reunião com a equipe de Gestão Estratégica do CNJ para tratar da disponibilização do campo/espço Estatística na página principal dos sítios eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário (SEI n. 2342616).
028532/2020	EVOLUÇÃO DO MODELO DE IA DO PROJETO ATHOS	AIA	Os estudos foram iniciados e estão fluindo mais lentamente do que a expectativa inicial. Entretanto, há expectativa de finalização dos trabalhos ainda em 08/2021. No momento, o projeto não apresenta riscos que possam impactar seus objetivos e não há aquisições a fazer ou tomada de decisão pendente por parte da administração superior.
028569/2020	EXPANSÃO DA CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE TI DOS MODELOS DE IA	STI, AIA	Foi elaborado planejamento da contratação (SEI 009006/2020) com aprovação da STI e da AIA, bem como avaliado pelas unidades da SAD. Durante análise da AJU, uma ação de Auditoria Preventiva da AUD solicitou realização de novos estudos complementares, atuais, que justifiquem a escolha técnica da unidade pelo MemSQL. Esses estudos devem consumir algumas semanas do planejamento da contratação, contudo, não haverá impacto no cronograma do projeto.

SITUAÇÃO ● DENTRO DO PREVISTO

PROCESSO	INICIATIVA	UNIDADES GESTORAS	ANÁLISE CRÍTICA
031682/2020	FALE COM O PRESIDENTE – DE MÃOS DADAS: MAGISTRATURA E CIDADANIA	OUV, SCO	As atividades dessa iniciativa foram executadas normalmente no mês de fevereiro, conforme programado. A edição de março foi adiada em razão da Resolução STJ/GP que suspendeu a prestação presencial de serviços não essenciais, sendo que os inscritos nesta edição serão inscritos automaticamente na edição de abril.
028554/2020	IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD	SGE	Foram concluídas as fases 1 e 2 do projeto: na fase 1 (iniciação/preparação), foi criado o sistema de Inventário de Dados Pessoais e seu preenchimento pelas Unidades do Tribunal). Na fase 2 (Adequação da Estrutura Organizacional), foi instituído Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (Portaria STJ/GDG N.178/2021), criada a área de governança de dados (Resolução STJ n. 5/2021) e nomeado o Encarregado da Proteção de Dados Pessoais no STJ (Portaria STJ/GDG N. 177/2021). Na fase 3, em andamento, foi apresentado ao Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPD) o plano de ação específico para adequação à LGPD, da SAD, SGP e SIS. A política de privacidade de navegação no Portal do STJ foi elaborada e aprovada pelo CGPD em março/21 e o Curso Básico em Proteção de Dados Pessoais foi formalizado e iniciado.
028534/2020	INCREMENTO DA BASE DE DADOS DE TREINAMENTO DOS MODELOS DE IA	AIA	Na primeira etapa do projeto, a equipe esteve envolvida em levantamento de informações e avaliação de metodologias. A partir de abril/2021, a equipe iniciará a documentação que delineará a proposta de solução e estruturação do projeto piloto.
028556/2020	JURISPRUDÊNCIA ADMINISTRATIVA	SJR	Foi concluída a metodologia de tratamento da informação do julgado administrativo em formato de Espelho do Documento, tendo por base o Espelho do Acórdão. Nessa primeira etapa, os dados foram classificados em dois tipos - processos e resoluções - e foi negociado com o Gabinete do Diretor-Geral que a SJR concentraria seus esforços no tratamento de processos com decisões de mérito e em resoluções referendadas pelo Conselho de Administração e vinculadas a um processo SEI ou FLUXUS e desde que as atas do Conselho de Administração tenham sido publicadas no Boletim de Serviços.
028564/2020	MODERNIZAÇÃO DO CEFOR	CEFOR	Foi elaborado um plano de divulgação, comunicação e envolvimento de toda a equipe do CEFOR na execução do projeto. Além disso, pretende-se dividir o projeto em subprojetos de forma a possibilitar a participação de todas as equipes do CEFOR.
016747/2015	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ÁUDIO E VÍDEO DOS ÓRGÃOS JULGADORES	SPF	O cronograma, que tinha previsão de conclusão para janeiro/2021, foi reajustado para terminar em julho/2021. Restam pendentes a conclusão dos serviços de desmontagem, adequação dos ambientes, montagem, instalação, testes, configuração, com fornecimento de todo o material de instalação; Transferência de conhecimento técnico e operacional e Operação Assistida.
028591/2020	MODERNIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA ADMINISTRA	SAD	O projeto encontra-se na fase de especificação da nova contratação de desenvolvimento de software pela STI. Em seguida, será elaborado o edital para balizar a realização do procedimento licitatório. (Processo STJ 004011/2021).
028575/2020	PADRONIZAÇÃO DO USO DE PAINÉIS DE BI	SGE	O projeto encontra-se em fase dos estudos preliminares, com avaliação do manual de identidade visual produzido pela SCO para aplicação nos painéis BI já implementados. Está em andamento um levantamento das tecnologias disponíveis.
028565/2020	PLANO DE SEGURANÇA EM SAÚDE PARA ENFRENTAMENTO DO COVID-19	SIS	Foi disponibilizado um canal específico para realizar identificar os casos suspeitos e(ou) confirmados da Covid-19 e promover as teleconsultas. Também foram implementadas medidas de segurança sanitária com foco nos pilares básicos: uso de máscara, distanciamento social e readequação dos processos de higienização nas dependências da Corte. A SIS, desde o início da pandemia, manteve suas atividades <i>in loco</i> para ofertar suporte assistencial aos servidores e colaboradores que desenvolvem atividades presenciais na Corte, com a adoção do atendimento virtual para suas diversas especialidades, com destaque para a equipe de saúde mental na avaliação do desgaste psicológico que constatou que cerca de 12 % das pessoas diagnosticadas com Covid-19 apresentaram alto desgaste psicológico.

SITUAÇÃO ● DENTRO DO PREVISTO

PROCESSO	INICIATIVA	UNIDADES GESTORAS	ANÁLISE CRÍTICA
028582/2020	PLANO DE TI DE ADEQUAÇÕES À LGPD	STI	Foram concluídas a etapas de iniciação e comunicação e de preparação, com a inclusão de itens relacionados à proteção de dados pessoais oriundos das normas: ABNT NBR ISO/IEC 27701/2019; ABNT NBR ISO/IEC 29100/2020 e ABNT NBR ISO/IEC 29151/2020.
040398/2018	POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL NO STJ	SED	Foram realizadas reuniões entre as equipes do IBICT e do STJ para diagnóstico do sistema Fluxus e definição da forma de acessá-lo após o ataque cibernético. O grupo de trabalho da Política de Preservação Digital, em conjunto com a STI, está analisando uma proposta de Projeto de Pesquisa de Estudo para preservação do Acervo Arquivístico Digital do STJ, com os valores referentes ao Termo de Execução de Descentralizada.
028584/2020	PRODUÇÃO DE EPISÓDIOS MULTIMÍDIA	SCO	Foram produzidos dois vídeos especiais que destacam a jurisprudência do STJ e seus impactos na vida dos cidadãos, outros três estão em fase de produção. Todos os vídeos estão sendo publicados no canal do STJ no Youtube e no Portal do STJ em domingos definidos, bem como conteúdo nas redes sociais do STJ, TV Justiça, Rádio Justiça, em formato dinâmico, leve, com linguagem acessível e temáticas de serviço.
028548/2020	PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR	SGP, SCO	Orgulho STJ - Foi iniciado o levantamento dos servidores que implementarão os requisitos para a premiação e posteriormente serão colhidas as propostas no mercado e a aquisição das medalhas e das placas. Foi realizado, em 23/02/2021, o encontro inaugural do Projeto Fika com a SGP, com o tema "O que você faria para proporcionar o clima ideal para o desenvolvimento da equipe?". A SCO concluiu a aquisição de celular necessário para o funcionamento da lista de transmissão (STJ 029332/2020).
013394/2020	PROGRAMA JUSTIÇA WEB	STI	O projeto Sistemas de Gabinete foi finalizado, com a conclusão do desenvolvimento e a disponibilização em ambiente de produção dos três módulos previstos para modernização dos sistemas informatizados para os gabinetes de ministros. O escopo do Judiciária Web foi alterado pela unidade solicitante para incorporar novos módulos a serem desenvolvidos após a conclusão dos primeiros módulos previstos, o que impacta diretamente nas previsões de término. O módulo de Protocolo/Registro Processual já está disponível em ambiente de produção. Quanto ao Julgamento Eletrônico, houve reorganização em quatro módulos (Apoio ao Julgamento, Julgamento de Sessão Virtual de Afetação, Julgamento de Sessão Virtual de Mérito e Julgamento de Sessão Telepresencial) impactando tanto o escopo como o prazo do projeto de acordo com a priorização e a decorrente necessidade de realocação de mais recursos de desenvolvimento de software. Finalmente, o eJuris entregou os módulos de Auditoria e de Automatização da Distribuição de Acórdãos, que ainda estão com pequenos ajustes pendentes. Quanto ao módulo Estatísticas, foi combinado que haveria um esforço conjunto da SJR e da STI para transferir esse módulo para um painel elaborado no Power BI.
028567/2020	PROGRAMA PROXIMIDADE COM O CIDADÃO	SCO, SJD	Foram concluídas três entregas: a seleção de termos iniciais para a <i>database</i> , a análise da ferramenta a ser implementada no site e a redação explicativa para cada termo. Com isso, o conteúdo ficou pronto para o lançamento da ferramenta, precisando apenas de revisão e validação.
028539/2020	PROJETO DE REDUÇÃO DE DEMANDAS	SJD, NUGEP	Foi concluída a etapa 1 do projeto, com a publicação do termo aditivo para prorrogação por mais seis meses do Acordo de Cooperação Técnica STJ-AGU n. 4/2020. A SJD realizou o levantamento dos maiores litigantes no âmbito do STJ e rastreamento das questões repetitivas por eles demandadas, para fomentar a criação de grupos de recursos representativos de controvérsias pelo NUGEPNAC, e possível afetação de Temas e formação de Precedentes Qualificados.
028540/2020	TRIAGEM PROCESSUAL AVANÇADA	SJD, NARER	Foram concluídas as duas primeiras etapas do projeto (Triagem de Matéria Repetitiva e Triagem de HCs (Súmula 691)). Houve grande reestruturação na SJD, o que impactou a triagem da matéria repetitiva, que passará a ser atribuição de outra unidade interna e será executada por novas pessoas. Contudo, as triagens de HCs e anotações em MS e Rcl não foram impactadas, pois embora tenha ocorrido alteração da Coordenadoria responsável pela atividade, não houve modificação relevante da equipe que a realiza.
031681/2020	UNIFICAÇÃO DE AMBIENTES DE DADOS DO STJ	AIA	A primeira etapa de capacitação e estudos preliminares relacionada à unificação em ambiente computacional de <i>data lake</i> dos dados do STJ encontra-se em andamento. Já a unificação das demandas de BI, <i>Analytics</i> e Dados em uma Única Área tem previsão de entrega ainda em abril/2021.

PROCESSO	INICIATIVA	UNIDADES GESTORAS	ANÁLISE CRÍTICA
028558/2020	ADOÇÃO DE NOVO PADRÃO ENERGÉTICO, COM PRIORIDADE PARA A ENERGIA SOLAR	SAD	Seis etapas já foram concluídas, inclusive a etapa mais sensível: obtenção do Parecer de Acesso junto à CEB. Nesse trimestre, foram realizadas a conclusão da limpeza, a terraplanagem e a implantação de sistema de drenagem no terreno onde será instalada a usina. Também houve aquisição e armazenagem de 80% dos equipamentos <i>trackers</i> , que permitirão o rastreamento solar e a movimentação das placas fotovoltaicas. Por fim, ressalta-se que, até a entrada em operação da usina contratada, o STJ não desembolsará recurso financeiro na gestão do referido contrato. Todo o investimento e o custeio dispendidos caberá à contratada.
028579/2020	ATUALIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA O PROGRAMA JUSTIÇA	STI	Foram concluídas a entrega de atualização de servidores de contêineres por meio de quatro processos de compra (008661/2020, 008134/2020, 000080/2020 e 033600/2020) e de atualização de licenças IBM DB2 (Processo 003490/2020). A última entrega de atualização dos servidores IBM Power 7 para IBM Power 9 (Processo 000949/2018) está temporariamente suspensa, pois aguarda uma decisão judicial.
028543/2020	AUTOMATIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	SPF	O projeto não foi iniciado, pois aguarda equipe da área de desenvolvimento de sistemas que está envolvida com a realização de outros projetos cujas demandas eram preferenciais na ordem de criação. Tão logo forem apresentados os respectivos produtos, será retomada a pauta para desenvolvimento do projeto de automação das comunicações.
031680/2020	CIÊNCIA DE DADOS NO STJ	AIA	I - Criação e Estruturação de Infraestrutura de Tecnologia para a Ciência de Dados- os documentos relacionados à infraestrutura já foram minutados e estão em fase de revisão. II - Criação e Desenvolvimento de Equipe Específica com as Competências Técnicas Voltadas para a Ciência de Dados - a definição das competências técnicas requeridas de Ciência de Dados encontra-se em análise da AIA para incluir as sugestões apresentadas pela equipe do CEFOR. III. Migração da Área de Dados para a Área de IA - a proposta de mudança de uma unidade da STI para a AIA, foi encaminhada pela AIA à SGE, (SEI n. 005386/2021) e aguarda solicitação da STI para posterior apreciação da Alta Administração.
028520/2020	CRIAÇÃO DE EQUIPES DE CURADORIA DE MODELOS DE IA	AIA	Foi elaborada minuta de Portaria que foi encaminhada ao Diretor-Geral em 15/03/2021 para indicação de representantes de outras quatro unidades do Tribunal. Houve ajuste no cronograma do projeto para prorrogá-lo por mais um mês, com previsão de encerramento em maio de 2021.
005681/2017	ESOCIAL NO STJ	SGE, SGP	As informações envolvendo o cumprimento da primeira e da segunda fase já foram concluídas, mas há pendências quanto às modificações nas normas para garantir o atendimento dos prazos definidos pelo eSocial. No segundo trimestre/2021, serão promovidas novas reuniões com a comissão instituída pela Portaria STJ/GDG n. 130/2018, para alinhar o andamento do projeto em todas as unidades envolvidas.
039028/2019	IA-CM – MODELO DE CAPACIDADE DA AUDITORIA INTERNA	AUD	Há algumas entregas do projeto que podem ser impactadas pela prorrogação, concedida pelo TCU, do processo de Prestação de Contas relativo ao ano de 2020.
028583/2020	PESQUISA DE IMAGEM	OUV	Inicialmente foi planejado que o <i>briefing</i> definitivo da pesquisa de imagem seria concluído até fevereiro, após algumas reuniões com a FGV. Entretanto, houve dificuldade em conciliar as agendas de todos os participantes. Porém, o questionário está em fase de conclusão e há expectativa de envio para aprovação da Alta Administração ainda em abril/2021.
025104/2020	PROJETO EMPATIA	ACI, CEFOR	Com exceção da ação "4" (Concurso de Fotografias e Vídeos), todas demais iniciativas que compõem o projeto (ações 2, 3, 5, 6, 7 e 8) encontram-se em condições de serem executadas, conforme o cronograma inicial. Com a dificuldade de aquisição de prêmios para os participantes do projeto Empatia, a ACI tem envidado esforços no sentido da busca de patrocínios de instituições parceiras para viabilizar o projeto nos mesmos moldes da sua elaboração original, mas até o presente momento, não há confirmação de apoio financeiro ou logístico decorrentes dessas tratativas.

SITUAÇÃO ● SITUAÇÃO CRÍTICA

PROCESSO	INICIATIVA	UNIDADES GESTORAS	ANÁLISE CRÍTICA
011425/2019	ARQUIVO DOCUMENTAL	SAD	Houve atrasos em seu cronograma, em razão da empresa contratada para "Execução dos contratos de elaboração e aprovação dos projetos de instalações" (empresa M A Pereira) não entregar os documentos para aprovações dos projetos elétrico e de combate a incêndio, respectivamente, na Companhia Energética de Brasília (CEB) e no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), o que gerou abertura de processo sancionatório contra a empresa (SEI 2344799). A SEORT iniciou levantamento de propostas e elaboração de um novo Termo de Referência visando à contratação de outra empresa para concluir o trabalho que não foi entregue pela empresa anterior, conforme orientação da Administração do Tribunal.

SITUAÇÃO ● SUSPENSO

PROCESSO	INICIATIVA	UNIDADES GESTORAS	ANÁLISE CRÍTICA
028587/2020	CONVERSA COM O PRESIDENTE	SCO	As atividades dessa iniciativa estão suspensas, em razão da pandemia de Covid-19. Foram pesquisadas iniciativas semelhantes em outros meios, sendo definido que por colocar a iniciativa em prática tão logo as atividades presenciais sejam restabelecidas.

SITUAÇÃO ● SUSPENSO

PROCESSO	INICIATIVA	UNIDADES GESTORAS	ANÁLISE CRÍTICA
028542/2020	ANÁLISE PARAMETRIZADA COM AUTOMAÇÃO DE MINUTAS DO Q3 EM ARESP E RESP INTEGRADAS AO SÓCRATES 2.0	NARER	Estas iniciativas encontram-se em fase de estudos para definição de escopo e prazos.
028555/2020	PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO STJ	SGE	



Ao final deste primeiro trimestre, o radar da estratégia do Tribunal ficou em 95,26%, superando os 92,85% apurados no 1º trimestre de 2020. Foram necessários alguns ajustes em metas que refletiram as dificuldades enfrentadas no ano passado, alterações que foram compreensíveis, pois algumas atividades não poderiam realmente ser continuadas sob as restrições de acesso ao STJ, entre essas os atendimentos odontológicos e as visitas socioeducativas ao Tribunal, principalmente.

O resultado ótimo do Radar STJ para os primeiros 3 meses do ano considera os resultados completos de 15 unidades, que calculam dados das vertentes Produtividade, Governança, Talentos, Competências e Orçamento, sendo que 4 unidades não acompanham, ainda, indicadores próprios de produtividade. Entretanto, até a data de encerramento deste relatório, apenas uma unidade não havia informado os seus dados na totalidade.

Não apenas por ajustes nas metas, mas pelo esforço e dedicação das equipes, a **Produtividade** teve um valor médio de 96,00% - superando os 93,12% do início do ano passado. Um dos destaques que ajudou a reverter o resultado de 2020, e que foi citado ao final do ano passado, foi a melhora para 100% de cumprimento no indicador de responsabilidade da SGE que considera a qualidade da preparação da RAE, que havia tido um desempenho de 0% ao longo de 2020 por falta de reuniões. Os demais indicadores de produtividade das unidades que atuam diretamente junto aos gabinetes, outros indicadores de atendimento aos prazos e de satisfação interna e externa do atendimento às unidades, como um ótimo desempenho na interação ao cidadão e na transparência, todos contribuíram para um desempenho coletivo relevante e um dos melhores do período do Plano STJ 2020.

Por outro lado, o critério de **Competências** continua sofrendo com os efeitos, principalmente, mas não apenas, do trabalho remoto e, em parte, do atraso da aprovação do orçamento e da aprovação do planejamento anual de capacitação. Os 90,66% atuais foram melhores do que os 88,68% do início de 2020. Para tanto, foi necessária uma readequação da meta do indicador que mede a participação de gestores em capacitações direcionadas a eles. Como se percebeu que, por conta das razões já suscitadas, não haveria treinamentos suficientes, alterou-se a meta antecipadamente, de comum acordo com CEFOR e todos os participantes do Alinhamento. Além do mais, como já citado na análise dos indicadores estratégicos, a adesão aos cursos por parte dos servidores foi bem mais baixa que historicamente – mas as unidades alinhadas tiveram um desempenho superior que o STJ como um todo – de 18,42% de participantes em ações de educação oferecidas pelo CEFOR contra 12,97% considerando todos os servidores do Tribunal.

Na vigência do Plano STJ 2020, a medição do critério **Talentos** está atrelada à pesquisa de clima organizacional, que é fonte de dados para os indicadores setoriais de satisfação e comprometimento. Como não houve uma Pesquisa de Clima Organizacional (PCO) em 2020, os resultados são idênticos aos de 2019 e o critério ficou no mesmo valor, de 98,00%, significando que nas unidades alinhadas a satisfação e comprometimento são altos. Há expectativa de ocorrer uma PCO até o final de 2021 para auferir se há continuidade desse ótimo desempenho.

O critério de **Governança** geralmente não sofre mudanças entre o relatório do final de ano e o do 1º trimestre, mas observou-se equívocos no cálculo em duas unidades e uma terceira completou o cálculo após o prazo. Essas revisões fizeram com que o resultado do critério tivesse uma alta de 86,77% para 93,56%. Mas o resultado que vai refletir mais adequadamente a evolução deste critério em 2021 será o do 3º trimestre, quando já terá ocorrido a mensuração de 2 dos 3 tipos indicadores setoriais que formam esta vertente do radar. De qualquer maneira, o resultado é favorável, demonstrando que não houve queda de qualidade no monitoramento da gestão do STJ, representando pela prática da governança.

Finalmente, a comparação do critério de **Orçamento** deste início de 2021 com qualquer outro ficou muito prejudicado, pois alguns indicadores setoriais, de fato, não foram mensurados, pois ou dependiam da aprovação da LOA ou por problemas técnicos. Assim, os 96,15% refletem basicamente que a maioria absoluta das unidades não solicitou resmas de papel ou solicitou bem menos do que a meta para o trimestre. Mas, de fato, ao final de 2020, o resultado de 98,15% já havia indicado que houve um uso adequado das finanças pelo STJ no ano passado.

Dados mais aprofundados sobre o alinhamento podem ser obtidos na página do projeto na intranet: MaisLinks/GestãoEstratégica/PlanejamentoEstratégico/AlinhamentoEstratégico

Elaboração

Secretaria de Gestão Estratégica

Coordenadoria de Planejamento Estratégico

planejamento@stj.jus.br • (61) 3319-8859 | 8063

RELATÓRIO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL



STJ

Secretaria de Gestão Estratégica
Coordenadoria de Planejamento Estratégico

planejamento@stj.jus.br • (61) 3319 8859/8063